

TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 274

O Que Mostram os Indicadores sobre a Pobreza na Década Perdida

Luiz Carlos Eichenberg Silva
(Coordenador)

AGOSTO 1992

330 905
I 50
TDI 751
ca. 2

O que mostram os indicadores sobre a pobreza na década perdida



6153-0

IPEA - BS

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma Fundação vinculada ao Ministério da Economia,
Fazenda e Planejamento

PRESIDENTE

Roberto Macedo

DIRETOR EXECUTIVO

Lísio Fábio de Brasil Camargo

DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Antônio Emílio Sendim Marques

DIRETOR DE PESQUISA

Ricardo Varsano

DIRETOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Antônio Carlos da Ressurreição Xavier

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA
APLICADA - COOBB

N.º 6153-0

DATA 01/10/198

TEXTO PARA DISCUSSÃO tem o objetivo de divulgar
resultados de estudos desenvolvidos no IPEA, informando
profissionais especializados e colhendo sugestões.

Tiragem: 200 exemplares

SERVIÇO EDITORIAL

Brasília - DF:

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES - 10º andar

CEP 70.076

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 17º andar

CEP 20.020 - Rio de Janeiro - RJ

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1. CONSIDERAÇÕES
METODOLÓGICAS

2. EVOLUÇÃO DA POBREZA

3. EVOLUÇÃO ETÁRIA DO
CONTINGENTE FAMILIAR

4. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE
TRABALHO

5. DISTRIBUIÇÃO DOS
RENDIMENTOS INDIVIDUAIS E
FAMILIARES

6. CONDIÇÕES DE VIDA

7. CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

**O QUE MOSTRAM OS INDICADORES SOBRE
A POBREZA NA DÉCADA PERDIDA**

Coordenação: Luiz Carlos Eichenberg Silva

Alfonso Rodriguez Arias*

Emmanuel Cavalcante Porto

Helena Maria Benatti**

Lorena Bernadete da Silva

Maria Alice Cunha Barbosa

Maria Goreti dos Santos**

Mário Lisbôa Theodoro

Marly I. dos Santos Pinto

Paula de Souza Costa (estagiária)**

Roberto Aricó Zamboni

Sebastião Francisco Camargo

Selma Maria Gabriel Calheiros

* Consultor

**Colaboradores

SINOPSE

Já existe hoje consenso de que o comportamento errático da economia nos anos 80 marcou a inflexão das taxas de crescimento acelerado ininterrupto que prevaleceram nas três décadas anteriores. Cunhou-se até mesmo a expressão *década perdida* para caracterizar esse período conturbado para a sociedade brasileira.

Este documento explora a situação social do país, a partir de indicadores construídos para os pontos extremos da década: 1981 e 1989. O objetivo principal é o de examinar a evolução da pobreza no período considerado, tanto no que se refere à ótica da insuficiência de renda quanto no que tange às condições gerais de vida da população.

A análise realizada confirma a tese de que, apesar dos surtos de crescimento na segunda metade da década, o balanço final foi desfavorável, apontando para uma deterioração da situação econômica do país nesse período. Entretanto, do ângulo dos indicadores sociais a percepção generalizada do aumento da pobreza não se mantém, já que alguns deles indicam melhoria nas condições de vida. Tudo isso conduz à necessidade de abordagens mais abrangentes da questão da pobreza e da desigualdade. O acesso aos serviços públicos essenciais (água, esgoto, habitação, escola, saúde, etc.) traz grandes diferenças na configuração da dimensão da pobreza, além da insuficiência de renda. Esses serviços são, em grande parte, uma atribuição do Estado. Assim, o nível do investimento deste na área social torna-se um elemento central para a melhoria das condições de vida de significativa parcela da população. A redução dessas despesas, como parece ser o quadro atual, poderá trazer conseqüências ainda mais graves para os segmentos mais pobres no futuro.

Introdução

Este documento retrata, pela leitura dos dados, a evolução da pobreza tomando como referência os pontos extremos dos anos 80 (1981-1989). Essa leitura mostra uma melhora da situação das famílias mais pobres, o que contrasta—podendo surpreender a muitos—com o mau comportamento da economia e com os sinais evidentes de uma maior concentração da renda no período. Com efeito, do lado econômico observa-se, na década anterior, uma queda do PIB real *per capita* à razão de 0,5% ao ano, aliada à forte restrição nos investimentos e ao crescimento da concentração da renda, cujo índice de GINI passou de 0,50 em 1980 para 0,64 em 1989. Da ótica social, os dados mostram uma redução da porcentagem de famílias que ganham até 0,5 salário mínimo *per capita* de 38,5% em 1981 para 34,4% em 1989. Além disso, há indícios de uma melhoria generalizada nos padrões de nutrição e de alguns avanços nas condições de habitação, saneamento e infra-estrutura, e no acesso aos serviços de educação e saúde. Enfatiza-se, no entanto, que o patamar das carências sociais e das desigualdades permaneceu ainda demasiadamente elevado em relação aos padrões internacionais.

O estudo compreende, além da introdução, seis capítulos que procedem a breves análises sobre temas relevantes no tratamento da questão da pobreza.

Assim, a seção 1 expõe a *metodologia* adotada para a determinação do limite que separa as famílias/indivíduos pobres dos não pobres.

A seção 2, ao analisar a *evolução da pobreza*, apreende que no decorrer do período houve diminuição do ritmo de crescimento da população total; menor intensidade no processo de urbanização; redução mais expressiva do tamanho das famílias nas áreas rurais; e crescimento generalizado das famílias/pessoas com rendimento familiar superior a um salário mínimo. Estes fatores contribuíram para a redução da pobreza.

A seção 3 trata da *evolução etária do contingente familiar* revelando a redução do tamanho médio das famílias; o crescimento das taxas de participação global, isto é, a porcentagem da população em idade ativa que participa do mercado de trabalho; além da redução do total de menores de sete anos nas famílias de mais baixa renda *per capita*, principalmente nas áreas urbanas.

O exame da *evolução do mercado de trabalho*, presente na seção 4, destaca algumas tendências como o aumento generalizado das taxas de participação, especialmente a feminina; a terciarização do mercado de trabalho; a melhora qualitativa da força de trabalho; o aumento da informalização nas áreas urbanas; e, finalmente, a redução dos diferenciais de rendimentos entre a força de trabalho masculina e feminina e entre os diversos segmentos do mercado de trabalho.

A seção 5 concentra-se na *distribuição dos rendimentos individuais e familiares*. Observa-se um aumento na concentração dos rendimentos dos ocupados; uma maior desigualdade nos rendimentos familiares, embora com menor intensidade nas distribuições individuais; e um aumento na concentração das rendas familiares no campo.

A seção 6 traça um quadro das condições de vida da população, examinando o fornecimento e o acesso a bens e serviços essenciais. Salientam-se os seguintes resultados nas áreas de Alimentação e Nutrição, Habitação, Educação, Saneamento e Saúde:

- diminuição da desnutrição em crianças menores de cinco anos, especialmente nas famílias de mais baixa renda;
- melhoria das condições de habitabilidade, decréscimo no total de domicílios e da participação relativa dos domicílios rústicos e daqueles que abrigam mais de três moradores por dormitório;
- decréscimo da taxa de analfabetismo — aumento no acesso à escola, principalmente no campo e entre as famílias pobres, e menor distorção na relação idade/série;

-
- aumento expressivo da cobertura de abastecimento de água e evolução menos expressiva do esgotamento sanitário, ambos com grandes disparidades regionais; e
 - redução acelerada da mortalidade infantil e aumento da esperança de vida.

Finalmente, a seção 7, conclusiva, salienta a importância da intervenção governamental que, através dos investimentos sociais executados especialmente na década de 70, impediu que, nos anos 80, o quadro de carências adquirisse proporções mais graves. A ação governamental, nesse período, foi decisiva para que a década perdida, do ponto de vista dos indicadores econômicos, não o fosse sob a ótica dos indicadores sociais.

1. Considerações Metodológicas

O acompanhamento da situação social, discriminada por grupos ou estratos sociais, recomenda o uso de dados baseados na unidade familiar e a privilegiar o conglomerado familiar como unidade principal de análise. O Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento que pode exibir uma completa e abrangente disponibilidade de dados domiciliares periódicos tanto a nível nacional (PNAD anual), quanto das principais cidades (PME e PED mensais), facilitando os estudos e o acompanhamento da pobreza e das condições de vida nas últimas duas décadas. Contudo, deve-se reconhecer que a divulgação desses dados tem sido muito limitada e fragmentada nas publicações e quase inexistente por meios magnéticos. O conhecimento do social, sob essa perspectiva, restringe-se a tabulações especiais da PNAD ou suplementos para atender a estudos específicos onde, via de regra, há uma seletividade de conteúdos, coberturas, períodos de referência e utilização de critérios que comprometem sua utilização para outros fins.

Foi em função dessa limitação de dados que se optou por circunscrever este documento aos anos extremos da década, 1981 e 1989.

Do ponto de vista conceitual, a definição da pobreza é uma questão controversa, já que admite diferentes metodologias para a determinação dos limites que separam as famílias ou indivíduos pobres dos não pobres. A inexistência de medições correntes das receitas e da estrutura das despesas familiares, simultaneamente, induz à utilização de métodos alternativos — de maior ou menor complexidade — para estimar linhas de pobreza, com base no critério dos rendimentos monetários auferidos pelas famílias.

A escolha metodológica — da qual dependerá o patamar de pobreza estimado — deriva, em boa medida, da disponibilidade dos dados que cada um dos métodos exige.

Face aos dados existentes, este trabalho recorreu a medições mais simplificadas baseadas no poder de compra do salário mínimo, fixando-se um valor arbitrário em termos absolutos ou *per capita*, a partir do qual seria definido o conjunto das famílias/indivíduos pobres. Tal método requer apenas que se disponha de resultados correntes relativos à distribuição das rendas familiares expressas em salários mínimos (SM) ou equivalentes *per capita*, fazendo uso normalmente dos limites divulgados de um ou dois SM ou, alternativamente, de 1/4 ou 1/2 SM.

Além da arbitrariedade no estabelecimento dos limites e do discutível pressuposto da igualdade de poder aquisitivo do salário mínimo, para as distintas regiões e localidades (urbana/rural), há ainda problemas em relação à manutenção do seu poder de compra ao longo dos anos. A fixação do salário mínimo é institucional e tem obedecido mais às circunstâncias político-econômicas do que à evolução dos preços. Isso, na prática, levou a que se registrassem, durante a década, sucessivas alterações na sistemática de seu reajuste, o que dificulta a análise comparativa de diferentes anos tendo esse salário como referência.

Em outras palavras, há limitações nas metodologias que fazem uso do salário mínimo na determinação dos cortes de pobreza ou na própria discriminação da evolução das carências sociais. Famílias com rendimentos até, digamos, um ou dois salários mínimos podem apresentar capacidades

de satisfação das necessidades básicas bem distintas, entre dois ou mais períodos e entre regiões. Em síntese, dois problemas enfraquecem a comparação de resultados. Primeiro, a fixação do valor do salário mínimo obedece a uma definição política, não guardando correspondência com qualquer índice de preços (INPC, IGP, Dieese). Dessa forma, a comparação das distribuições de renda, expressas em salários mínimos ou em salários mínimos *per capita*, podem mostrar alterações significativas na redução da pobreza. Segundo, a comparação das distribuições de renda também fica comprometida, pelo menos entre os anos extremos da década, devido à diferente periodicidade de reajuste desse salário em relação ao reajuste dos demais salários e de outras rendas. A conversão das rendas vigentes, no mês de outubro de 1981, quando o salário mínimo se reajustava semestralmente nos meses de maio e novembro, define uma distribuição mais favorável das rendas familiares em salários mínimos que qualquer outra possível nesse ano inicial. Assim sendo, a comparação dessa distribuição com relação à que vigorava em 1989, quando o reajuste do salário mínimo era mensal, tende a subestimar a melhoria social ocorrida na década.¹

É devido às dificuldades da comparação das distribuições de valores equivalentes ao longo do tempo que se tem recorrido à utilização de índices de preços para deflacionar os valores de distribuição vigentes no ano inicial para, em seguida, proceder-se ao enquadramento da renda familiar, absoluta ou *per capita*, dentro da correspondente faixa nos anos de interesse.² Havendo diversos índices de preços construídos a partir de metodologias distintas, os resultados poderão ser divergentes.

Cabe sublinhar que a maioria dos trabalhos tem privilegiado o INPC para a homogeneização das classes de renda familiar *per capita* ao longo do tempo. Argumenta-se, com razão, que, além de ser o mais abrangente e aceito índice de reposição e negociação das remunerações, é o indexador de maior cobertura geográfica existente no Brasil, embora reflita apenas a variação de preços ocorrida nas cidades de grande e médio portes.

Há outro fator que pode dificultar a comparação de resultados sobre a evolução social no período analisado e que corresponde às variações acidentais ou sazonais que ocorrem durante o ano e que não são captadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios—PNAD, uma vez que esta pesquisa se refere a uma determinada semana do mês de setembro. Assim, cabe lembrar que as informações da PNAD-81 foram captadas num momento de recessão, de políticas de contenção salarial, e durante uma severa seca na região Nordeste. Se o levantamento fosse efetivado no mesmo período do ano precedente, é provável que se obtivesse um quadro mais favorável sobre a situação social no início da década. O uso da PNAD-81 contribui para a configuração de um perfil mais favorável sobre a evolução da pobreza no período escolhido.

As advertências levantadas neste capítulo basearam-se no conjunto de informações onde são comparadas as distribuições de famílias e pessoas, segundo classes de rendimento familiar *per capita* a nível nacional, a partir de diferentes indexadores entre os anos 1981 e 1989. Algumas dessas distribuições, discriminadas segundo áreas urbanas e rurais, haviam sido preparadas e divulgadas pelo UNICEF/IBGE, que adotou os salários mínimos de 1981 e 1989 e o INPC de 89. Ajustadas pela distribuição de Pareto, elaborou-se as demais para o ano de 1989, a fim de enriquecer a análise,

1 *Deve-se chamar a atenção para as dificuldades inerentes à comparabilidade dos resultados ao longo do tempo, quando se trata de reproduzir valores de compra equivalentes em moeda corrente de cada ano. É importante destacar que em 1981 vigoravam três salários mínimos distintos, com diferenciais da ordem de 26% entre o menor, correspondente às regiões Norte e Nordeste, e o maior, praticado nas regiões metropolitanas e Brasília. Esses salários mínimos foram unificados em maio de 1984, havendo um ganho real para os rendimentos dos trabalhadores de mais baixa renda das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul. Como resultado da unificação, houve uma melhoria estatística do quadro de pobreza nacional na década. Voltaremos mais adiante a este assunto quando do exame da evolução do mercado de trabalho.*

2 *Essa foi a alternativa adotada pela UNICEF/IBGE para a divulgação de resultados sobre a situação social das crianças e adolescentes, fazendo uso do INPC como deflator, reconhecido como o índice oficial da inflação e de abrangência nacional.*

simulando a utilização de outros deflatores — IGP-DI da FGV e o Índice de Custo de Vida do Dieese. O ajuste dessa função reflete a não disponibilidade dos dados individualizados das PNAD'S que permitisse o enquadramento das famílias e pessoas na respectiva classe de rendimentos fazendo uso desses outros indexadores. No intuito de avaliar a qualidade desses ajustes, foi também preparada a distribuição INPC-Pareto para 1989, que por sinal mostrou resultados muito próximos aos divulgados pelo UNICEF/IBGE. Dessa forma, assume-se que os ajustes de Pareto, com base no IGP-DI e Dieese, podem ser considerados como sucedâneos aceitáveis dos correspondentes procedimentos de enquadramento individual.

2. Evolução da Pobreza

Antes de se tecer comentários acerca da pobreza entre os anos de 1981-1989, são necessárias algumas observações a propósito do comportamento demográfico predominante nesse período. Três resultados merecem destaque:

1) Queda na taxa anual de crescimento populacional.

Uma comparação entre as PNAD's de 1981 e 1989 aponta para um crescimento médio anual da população da ordem de 2,3% na década, que é inferior aos 2,5% ao ano calculados para a década precedente. Essa desaceleração é, a princípio, benéfica, posto resultar principalmente de uma queda da fecundidade mais acentuada nas faixas de rendimento mensal familiar até 1/2 S.M. *per capita*, fenômeno que provocou uma mudança na composição etária da população na década, traduzindo-se numa melhora da situação de pobreza e de condição de vida (Tabelas 1 e 2).

TABELA 1

BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1960 - 1989

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL		
	CENSO's		PNAD's
	1960 - 70	1970 - 80	1981 - 89
Total	2,9	2,5	2,3
Urbana	5,2	4,4	2,9
Rural	0,5	-0,6	0,8

Fonte: IBGE - Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980
PNAD's 1981 e 1989.

2) Redução da taxa de urbanização

Apesar de persistir um grande diferencial entre o crescimento da população urbana (2,9% a.a.) e da rural (0,8% a.a.) no período 1981-89, houve uma significativa redução no ritmo de crescimento da taxa de urbanização em relação à década anterior. Um forte declínio no incremento urbano (4,4% a.a. em 1970-80 para 2,9% a.a. em 1981-89) e um aumento nas áreas rurais (-0,6% a.a. em 1970-80 para 0,8% a.a. no período 1981-89) explicam esse comportamento. Por trás deste resultado há certamente uma maior capacidade do campo para reter seu contingente populacional e/ou a existência de crescentes dificuldades de manutenção e sobrevivência nas cidades, o que tornou menos atrativo o

TABELA 2

BRASIL: TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO CLASSES DE RENDA FAMILIAR, 1984

CLASSES DE RENDA FAMILIAR (Em SM)	TAXA DE FECUNDIDADE		
	TOTAL	URBANA	RURAL
Menos de 1 SM	5,85	4,73	7,31
1 a 2 SM	5,04	4,58	6,00
2 a 3 SM	3,61	3,34	4,17
3 a 5 SM	2,94	2,75	3,77
Mais de 5 SM	1,98	1,91	2,41

Fonte: IBGE - Resultados Preliminares da PNAD de 1984.

deslocamento rural-urbano. No entanto, é preciso alertar que a grande queda do crescimento urbano também se explica pela acentuada diminuição da fecundidade verificada a partir dos anos 60 (Tabela 1).

3) Redução do tamanho médio da família

Os resultados da Tabela 3 indicam uma diminuição do tamanho médio da família ao longo da década, da ordem de 0,40 pessoas por família. Embora esta redução tenha sido mais expressiva nas áreas rurais (-0,45) do que nas urbanas (-0,35), o tamanho médio da família em 1989 ainda é bem maior nas primeiras (rural: 4,38 pessoas; urbano: 3,76).

O exame desse declínio por estratos de rendimento familiar *per capita* comprova que a queda do tamanho médio familiar foi mais acentuada nas famílias mais carentes, especialmente nas áreas urbanas. Com efeito, o diferencial de 1,51 pessoas por família que existia entre as famílias urbanas mais pobres (até 1/4 SM familiar *per capita*) e as mais abastadas (mais de um SM familiar *per capita*) em 1981, reduziu-se para 1,11 em 1989, enquanto as mesmas relações na área rural caíram de 2,22 para 1,93 (Tabela 3). Assim, evidencia-se que os segmentos familiares mais pobres, de acordo com o mesmo critério, experimentaram reduções mais significativas do tamanho familiar. Isto, por certo, representa uma grande contribuição à redução da pobreza, especialmente porque essa redução, como se verá adiante, concentrou-se na população de menores e adolescentes. Por enquanto, vale à pena chamar atenção para o fato de que esse decréscimo no tamanho médio familiar ocasiona uma diminuição do número de famílias e indivíduos pobres, sob esse conceito de pobreza *per capita*, bastando para tanto assumir que, ao longo da década, a capacidade de geração de rendimentos familiares e o seu valor tivessem permanecido inalterados. Nessa situação, produzir-se-ia uma transferência de famílias e indivíduos de uma classe para aquela imediatamente superior, sendo que essa progressão seria mais intensa nas faixas de baixa renda.

Em suma, os três comportamentos demográficos analisados contribuíram positivamente para a melhoria do quadro de pobreza.

TABELA 3

BRASIL: NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 e 1989

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (EM SM)	TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS			
	1981 (A)	1989 (1) (B)	VARIAÇÃO (%) (B - A)	CRESCIMENTO O PERÍODO (%)
TOTAL	4,30	3,91	-0,40	-9,2
ATÉ 1/4 (2)	5,44	4,94	-0,50	-9,2
ATÉ 1/2 (2)	5,11	4,53	-0,58	-11,4
1/4 A 1/2	4,84	4,19	-0,64	-13,3
1/2 A 1	4,18	3,97	-0,31	-7,4
MAIS DE 1/2	3,79	3,57	-0,22	-5,8
MAIS DE 1	3,52	3,41	-0,11	-3,1
Sem Declaração	4,30	4,23	-0,07	-1,7
RELAÇÃO: (ATÉ 1/4)/(MAIS DE 1)	1,92	1,53	-0,39	-20,3
URBANA	4,12	3,76	-0,35	-8,6
ATÉ 1/4 (2)	5,02	4,51	-0,51	-10,1
1/4 A 1/2	4,86	4,17	-0,69	-14,2
1/2 A 1	4,25	3,89	-0,36	-8,5
MAIS DE 1	3,51	3,40	-0,11	-3,1
Sem Declaração	4,63	4,15	-0,49	-10,5
RELAÇÃO: (ATÉ 1/4)/(MAIS DE 1)	1,51	1,11	-0,40	-26,3
RURAL	4,84	4,38	-0,45	-9,3
ATÉ 1/4 (2)	5,79	5,38	-0,40	-7,0
1/4 A 1/2	4,80	4,24	-0,56	-11,7
1/2 A 1	3,91	3,78	-0,13	-3,3
MAIS DE 1	3,56	3,45	-0,11	-3,1
Sem Declaração	3,35	4,58	1,23	36,6
RELAÇÃO: (ATÉ 1/4)/(MAIS DE 1)	2,22	1,93	-0,30	-13,3

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil, 1981 e 1989.

(1) O salário mínimo foi corrigido a preços de 1981, utilizando-se o INPC.

(2) Inclusive famílias e pessoas sem rendimentos.

Nota: Exclui famílias e pessoas da área rural da região Norte.

Outro fator que influencia sobremodo a interpretação do quadro evolutivo da pobreza diz respeito ao já mencionado leque de opções de indexadores a serem utilizados como deflatores.

Um índice que subestime a inflação revelará um menor número de famílias/indivíduos situados abaixo da linha de pobreza. O oposto ocorrerá se for utilizado um índice que mostre as maiores variações.

A comparação dos valores nominais dos quatro índices usados na equalização dos valores, entre outubro de 1981 e setembro de 89, serve para ilustrar as discrepâncias sobre a evolução da pobreza na década (Tabela 4). Observa-se que a aplicação do índice que reflete a evolução do salário mínimo reduz em 8,8 pontos percentuais as famílias com rendimentos *per capita* inferiores a 1/2 salário mínimo. De forma contrária, o índice do Dieese contesta essa melhoria mostrando que a pobreza teria aumentado em 3,7% nesse período (Tabela 5).

Tratando-se dos índices que mostram os menores crescimentos, o uso do salário mínimo ou do INPC, os indexadores "oficiais", revelam melhorias mais acentuadas da pobreza familiar, qualquer que seja o limite de rendimentos familiares *per capita* para a sua medição.

TABELA 4

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇOS E DO SALÁRIO MÍNIMO,
OUT/81 A SET/89

MESES	ÍNDICES BASE OUT/81 = 100,00			
	Dieese	INPC	IGP-DI	SALÁRIO MÍNIMO
OUT/81	100,00	100,00	100,00	100,00
DEZ/81	112,00	111,22	109,31	140,91
DEZ/82	227,35	222,78	218,31	278,42
DEZ/83	620,44	619,26	678,93	674,79
DEZ/84	1.878,69	1.914,25	2.198,46	1.967,68
DEZ/85	6.915,12	6.490,34	7.367,17	7.088,18
DEZ/86	13.441,18	10.332,61	12.158,24	9.498,16
DEZ/87	66.973,42	51.106,97	62.716,36	42.529,06
DEZ/88	683.957,24	558.725,58	714.636,07	477.506,85
SET/89	4.639.555,49	3.520.125,19	4.469.503,54	2.947.263,96

Fonte: Boletim do Banco Central, Dieese, FGV e Fundação IBGE.

TABELA 5

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS E FAMÍLIAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES,
SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1989

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (EM SM) E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	1981		1989			VARIÇÃO	
	SALÁRIO MÍNIMO (1) (A)	INPC (1)	DISTRIBUIÇÃO DE PARETO (2)		SALÁRIO MÍNIMO (1) (C)	(B - A)	(C - A)
			IGP-DI	DIEESE (B)			
FAMÍLIAS							
ATÉ 1/2 SM (3)							
Total	38,5	34,4	40,9	42,2	29,6	3,7	-8,8
Urbana	28,4	26,5	33,3	34,5	22,1	6,1	-8,3
Rural	67,4	60,8	66,6	67,9	55,0	0,5	-12,4
ACIMA DE 1 SM							
Total	35,3	41,7	36,8	35,6	47,3	0,3	12,0
Urbana	44,1	49,0	43,4	42,1	55,0	-2,0	10,9
Rural	10,3	17,3	14,8	14,0	21,5	3,7	11,2
PESSOAS							
ATÉ 1/2 SM (4)							
Total	45,7	39,9	46,1	47,4	34,6	1,7	-11,1
Urbana	33,9	30,3	37,2	38,5	25,3	4,6	-8,6
Rural	74,5	67,3	71,9	73,1	61,5	-1,4	-13,0

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil, 1981 e 1989.

(1) Dados obtidos da publicação IBGE/UNICEF.

(2) Ajustada através da distribuição de Pareto, utilizando-se os índices - IGP-DI e Dieese.

(3) Inclusive as famílias sem rendimentos.

(4) Inclusive as pessoas pertencentes às famílias sem rendimentos.

Nota: Excluídas famílias e pessoas da área rural da região Norte.

Em ambos os casos, as porcentagens de famílias até 1/4 SM *per capita* se reduzem em 2,3% entre 1981 e 1989; as de 1/4 a 1/2 SM em 1,8%; e as de 1/2 a 1 SM em 2,6%. A adoção do limite de 1/2 SM, geralmente aceito na medição da pobreza relativa nessa opção metodológica, se traduz numa redução das famílias pobres de 4,1%, o que equivale a 5,8% em termos do número de pessoas. É preciso admitir, entretanto, que essa melhoria não implica em diminuição do número de famílias/indivíduos pobres nesses oito anos. Nas três faixas acima mencionadas houve crescimento absoluto dos pobres (Tabela 6).

TABELA 6

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (Em Salários Mínimos)	1981 (A)	1989 (B) (1)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (B - A)	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
FAMÍLIAS				
TOTAL	100,0	100,0	-	-
ATÉ 1/4 (2)	17,7	15,4	-2,3	-1,7
1/4 —] 1/2	20,8	19,0	-1,8	-1,1
1/2 —] 1,0	25,4	22,8	-2,6	-1,4
MAIS DE 1,0	35,3	41,7	6,3	2,1
ACUMULADO				
ATÉ 1/4 (2)	17,7	15,4	-2,3	-1,7
1/4 —] 1/2	38,5	34,4	-4,1	-1,4
1/2 —] 1,0	63,9	57,2	-6,7	-1,4
PESSOAS				
TOTAL	100,0	100,0	-	-
ATÉ 1/4 (2)	22,3	19,5	-2,8	-1,7
1/4 —] 1/2	23,4	20,4	-3,0	-1,7
1/2 —] 1,0	24,6	22,5	-2,1	-1,1
MAIS DE 1,0	28,9	36,4	7,5	2,9
ACUMULADO				
ATÉ 1/4 (2)	22,3	19,5	-2,8	-1,7
1/4 —] 1/2	45,7	39,9	-5,8	-1,7
1/2 —] 1,0	70,3	62,4	-7,9	-1,5

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil, 1981 e 1989.

(1) O salário mínimo foi corrigido a preços de 1981, utilizando-se o INPC.

(2) Inclusive famílias e pessoas sem rendimentos.

Nota: Excluídas famílias e pessoas da área rural da região Norte.

Tampouco essa aparente melhoria deve ocultar a prevalência de porcentagens da pobreza familiar ou individual superiores a 30% em qualquer uma das hipóteses, e que isso representa totais superiores aos 12,6 milhões de famílias com aproximadamente 57,1 milhões de pessoas (Tabela 7).

TABELA 7

BRASIL: FAMÍLIAS E PESSOAS RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (Em Salários Mínimos)	1981 (Em Milhares) (A)	1989 (Em Milhares) (B) (1)	VARIAÇÃO ABSOLUTA (B - A)	TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)
FAMÍLIAS				
TOTAL	27.890	38.855	8.965	3,8
ATÉ 1/4 (2)	4.894	5.853	759	1,8
1/4 —] 1/2	5.762	8.959	1.197	2,4
1/2 —] 1,0	7.025	8.342	1.316	2,2
MAIS DE 1,0	9.787	15.274	5.487	5,7
ACUMULADO				
ATÉ 1/4 (2)	4.894	5.853	759	1,8
1/4 —] 1/2	10.656	12.812	1.956	2,1
1/2 —] 1,0	17.681	20.954	3.272	2,1
PESSOAS				
TOTAL	119.184	143.218	24.035	2,3
ATÉ 1/4 (2)	26.810	27.921	1.311	0,6
1/4 —] 1/2	27.868	29.172	1.304	0,6
1/2 —] 1,0	29.336	32.253	2.917	1,2
MAIS DE 1,0	34.416	52.064	17.648	5,3
ACUMULADO				
ATÉ 1/4 (2)	26.810	27.921	1.311	0,6
1/4 —] 1/2	54.478	57.093	2.615	0,6
1/2 —] 1,0	83.814	89.346	5.532	0,8

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil, 1981 e 1989.

(1) O salário mínimo foi corrigido a preços de 1981, utilizando-se o INPC.

(2) Inclusive famílias e pessoas sem rendimentos.

Nota: Excluídas famílias e pessoas da área rural da região Norte.

Se a evolução da pobreza constitui questão polêmica, é irrefutável que houve um aumento daqueles que se situam na faixa de rendimentos superior a um salário mínimo *per capita*. Observe-se que essa classe consegue crescer na década à velocidade superior ao crescimento vegetativo de famílias e indivíduos como um todo, com qualquer indexador que se aplique. Tomando-se o INPC, os resultados mostram (ver Tabela 7) um aumento da ordem de 5,5 milhões dessas famílias (5,7% a.a.), com um total de 17,6 milhões de pessoas na década (5,3% a.a.), cifras nada desprezíveis se se considerar que no total desses oito anos as famílias cresceram no Brasil em aproximadamente 9 milhões (3,6% a.a.), e a população em 24 milhões (2,3% a.a.).

Apesar da grande agregação, a análise do comportamento dos extremos da distribuição das famílias/indivíduos sugere a ocorrência de um aumento médio da renda familiar *per capita*, concomitante com um maior distanciamento entre os extremos, dando continuidade ao processo de concentração de renda já observado nas décadas anteriores.

Ao examinar a evolução da pobreza, é importante formular a seguinte questão: houve uma melhora no salário mínimo real ou um ganho demográfico, dado pela redução do tamanho médio das famílias?

A título de exercício, assume-se que uma família nordestina de tamanho igual à média nacional conseguiu sobreviver com um salário mínimo durante a década, sendo que, em outubro de 1981, o salário vigente na região Nordeste era de Cr\$ 6.713,00, e o maior salário mínimo chegava a Cr\$ 8.465,00. Em que faixa de rendimento familiar *per capita* seria enquadrada essa família em 1981, 85 e 89, no caso de se utilizar o SM ou o INPC como indexador? A Tabela 8 resume esse exercício.

TABELA 8

SIMULAÇÃO RELATIVA AO ENQUADRAMENTO DE UMA FAMÍLIA NORDESTINA QUE GANHA UM SALÁRIO MÍNIMO AO LONGO DA DÉCADA DE 1980 (Em Cruzeiros antigos)

DISCRIMINAÇÃO	1981	1985	1989
	OUTUBRO	DEZEMBRO	DEZEMBRO
INDEXADOR UTILIZADO			
- SALÁRIO MÍNIMO			
Salário Mínimo Máximo	8.465	600.000	788.180.000
Valor de 0,25 do SM	2.116	150.000	147.045.000
Rendimento familiar	6.713	600.000	788.180.000
Tamanho médio familiar	4,30	4,10	3,90
Rendimento familiar per capita	1.561	146.341	202.097.436
Enquadramento	0 - 0,25 SM per capita	0 - 0,25 SM per capita	0,25 - 0,50 SM per capita
- INPC			
Salário Mínimo Máximo	8.465	549.407	928.694.745
Valor de 0,25 do SM	2.116	137.352	232.173.686
Rendimento familiar	6.713	600.000	788.180.000
Tamanho médio familiar	4,30	4,10	3,90
Rendimento familiar per capita	1.561	146.341	202.097.436
Enquadramento	0 - 0,25 SM per capita	0,25 - 0,50 SM per capita	0 - 0,25 SM per capita

Fonte: Tabela 4 e Anuário Estatístico do Brasil, 1986.

De antemão, convém ressaltar que, mesmo sem levar em conta os efeitos cíclicos e conjunturais da economia, notadamente aqueles correspondentes à política salarial adotada, essa família teria sido enquadrada em faixas diferentes de pobreza ao longo da década, embora sempre tenha sobrevivido com um salário mínimo.

Observe-se que, sendo o salário mínimo o indexador, a família mudou de faixa em 1989, e em 1985 já estava bem próxima de passar à classe de 1/4 - 1/2 SM *per capita*. Esta aproximação acontece por um duplo efeito: primeiro, pelo aumento real embutido na igualação do salário mínimo; segundo, pela diminuição do tamanho médio familiar. A passagem, porém, para a faixa seguinte, em 1989, deve-se estritamente a esse segundo efeito.

A evolução é diferente ao se utilizar, para o mesmo exemplo, o INPC como deflator. O fato desse índice ter tido um crescimento menor do que o do salário mínimo, entre 1981 e 1985, definiu um valor limite, em 85, inferior ao equivalente a 0,25 SM, fazendo com que essa família fosse enquadrada na faixa de rendimentos de 0,25 a 0,50 salário mínimo. No período seguinte, quando essa relação entre o aumento do INPC e o salário mínimo se inverte, a diminuição do tamanho familiar é insuficiente para compensar a perda de valor real desse salário. Assim, a família retorna à faixa de 0 - 1/4 salário mínimo *per capita* em que tinha sido enquadrada em 1981. Mesmo nesse caso há, em 1989, uma melhora, pois o rendimento *per capita* da família fica mais próximo da linha divisória das duas classes. É importante atentar-se para os dois efeitos mencionados, a fim de não se atribuir aos anos intermediários virtudes exageradas quanto à relação entre o crescimento econômico e a diminuição da pobreza (Tabela 8).

O exemplo analisado, além de representar a situação da pobreza de milhares de famílias das regiões menos favorecidas, pode ser estendido também àquelas com outros tamanhos e rendimentos que tem como referência o salário mínimo. Em todo esse universo de situações, a evolução da pobreza tendeu a melhorar na década, tanto pela diminuição do tamanho médio familiar como pela homogeneização do valor desse salário.

Parece não haver dúvidas quanto à redução mais acentuada da pobreza ocorrida nas áreas rurais. Com efeito, em qualquer uma das alternativas de indexação e sob qualquer limite de pobreza que se adote, os níveis da pobreza apresentam maior redução no campo. Essa conclusão mostra-se incontestável ao se examinar o significativo aumento percentual nas famílias/indivíduos rurais com mais de um salário mínimo *per capita* de rendimento familiar, inclusive quando se usa o indexador IGP-DI ou Dieese. De acordo com o INPC, a porcentagem de famílias nessa faixa passou de 10,3% em 1981 para 17,3% em 1989, enquanto nas áreas urbanas esse aumento foi de 44,1% para 49,0% (Tabela 5).

Assim, aceitando-se o limite de 1/2 SM *per capita* e usando-se o INPC como deflator, observou-se uma redução da população pobre rural, entre 1981 e 1989, de 74,5% para 67,4%, enquanto nas áreas urbanas esses percentuais caíram de 33,9% para 30,3% no mesmo período³ (Tabela 5).

Mesmo correndo alguns riscos, devido a ousadia da comparação de metodologias tão díspares, as observações anteriores sugerem que a diminuição da pobreza na década obedeceu à seguinte ordem de importância: áreas rurais; cidades médias e menores; e regiões metropolitanas.

Em síntese, a contribuição da generalizada diminuição do tamanho médio da família e do ganho real dos rendimentos, atrelados ao salário mínimo naquelas áreas onde ele era menor em 1981, constituem duas razões importantes para a redução da pobreza relativa no período. Entretanto, é

3 A propósito desses resultados, lembre-se que Sônia Rocha no estudo "Pobreza Metropolitana e os Ciclos de Curto Prazo: um balanço dos anos 80". IPEA, Boletim Conjuntural nº 12. Janeiro/91, ao empregar a metodologia da cesta básica de consumo, chega à redução da população pobre nas nove regiões metropolitanas de 29,1% em 1981 para 27,9% em 1989.

preciso avaliar se, numa época de escasso desempenho econômico, as mudanças ocupacionais e dos rendimentos foram fatores que contribuíram para essa melhoria.

3. Evolução Etária do Contingente Familiar

A evolução do tamanho médio familiar, por grupos de idade em cada estrato da renda familiar *per capita* e situação do domicílio, permite tirar algumas conclusões relevantes em relação à questão da pobreza na década.

A taxa de crescimento populacional dos menores (0,6% a.a.) e adolescentes (1,8% a.a.) foi menor se comparada ao crescimento demográfico global (2,3% a.a.), o que se traduziu na redução do número médio de pessoas, nessas faixas etárias, por família. Com efeito, na queda de 0,40 pessoas por família no período em análise, tem-se que: (a) os menores de 7 anos corresponderam a -0,17; (b) aqueles entre 7 e 17 anos a -0,14; e (c) os maiores de 17 foram responsáveis apenas por -0,08 (Tabelas 9 e 10).

TABELA 9

BRASIL: ADULTOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

GRUPOS DE IDADE CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (EM SM)	PESSOAS			TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO
	1981 (A)	1989 (1) (B)	VARIAÇÃO (B - A)	
CRIANÇAS - 0 A 6 ANOS				
TOTAL	22.130	23.110	980	0,55
ATÉ 1/4 (2)	7.302	6.181	-1.121	-2,00
MAIS DE 1/4 a 1/2	5.819	5.567	-252	-0,55
URBANA				
TOTAL	14.703	16.099	1.306	1,08
ATÉ 1/4 (2)	3.083	2.815	-248	-1,05
MAIS DE 1/4 a 1/2	3.776	3.227	-549	-1,94
CRIANÇAS E ADOLESCENTES - 0 A 17 ANOS (C)				
TOTAL	53.508	59.343	5.835	1,30
ATÉ 1/2 (2)	30.470	30.070	-400	-0,17
MAIS DE 1/2	22.663	28.601	5.938	2,95
ADULTOS - 18 ANOS E MAIS (D)				
TOTAL	65.872	83.870	18.197	3,10
ATÉ 1/2 (2)	23.970	27.021	3.050	1,51
MAIS DE 1/2	41.111	55.714	14.604	3,87
RAZÃO DE DEPENDÊNCIA (D/C)				
TOTAL	0,81	0,71	-0,11	-1,75
ATÉ 1/2 (2)	1,27	1,11	-0,16	-1,85
MAIS DE 1/2	0,55	0,51	-0,04	-0,89

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.
Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil.

(1) O salário mínimo foi corrigido a preços de 0,00\$1, utilizando-se o INPC.
(2) Inclusive as famílias e pessoas sem rendimento.

Nota: 1) Excluídas famílias e pessoas da área rural da região Norte.
2) Os números absolutos estão em milhares de pessoas.

TABELA 10

BRASIL: NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS DE 0 A 6, 7 A 17 E 18 ANOS E MAIS POR FAMÍLIA, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, 1981 E 1989

GRUPOS DE IDADE CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (EM SM)	TAMANHO MÉDIO		
	1981 (A)	1989 (1) (B)	VARIAÇÃO (B - A)
0 A 6 ANOS			
Total	0,80	0,63	-0,17
ATÉ 1/4 (2)	1,49	1,09	-0,40
1/4 A 1/2	1,01	0,80	-0,21
1/2 A 1	0,66	0,56	-0,10
MAIS DE 1	0,43	0,42	-0,01
S/D	0,55	0,50	-0,05
7 A 17 ANOS			
Total	1,13	0,99	-0,14
ATÉ 1/4 (2)	1,79	1,79	0,00
1/4 A 1/2	1,49	1,18	-0,31
1/2 A 1	1,09	0,95	-0,14
MAIS DE 1	0,62	0,62	-0,00
S/D	1,14	1,08	-0,07
18 ANOS E MAIS			
Total	2,37	2,29	-0,08
ATÉ 1/4 (2)	2,15	2,06	-0,09
1/4 A 1/2	2,34	2,21	-0,12
1/2 A 1	2,42	2,35	-0,07
MAIS DE 1	2,46	2,36	-0,10
S/D	2,67	2,65	-0,01

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 a 1989
Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil.

(1) O salário mínimo foi corrigido a preços de out/81, utilizando-se o INPC.

(2) Inclusive as famílias e pessoas sem rendimentos.

Nota: Exclusive famílias e pessoas da área rural da região Norte.

A queda da fecundidade, refletida na redução do tamanho médio das famílias, deve ter contribuído positivamente para a situação financeira das mesmas, à medida que se diminuem as despesas com os menores, sem alteração significativa na capacidade de geração dos rendimentos, que deve estar concentrada principalmente na população adulta. Acredita-se que a redução do número médio de adultos por família não comprometeu a capacidade de geração de rendimentos, isso porque, no

período, criaram-se condições favoráveis à incorporação de novos contingentes à força de trabalho, especialmente a feminina.

A própria Tabela 9 se encarrega de mostrar que a redução do número médio de crianças e adolescentes na família foi mais intensa, em termos absolutos e relativos, para os grupos mais pobres. Com efeito, as famílias com rendimentos *per capita* até 1/2 SM conseguiram reduzir seu tamanho médio em 11,5% entre 1981 e 1989 (5,11 para 4,53 pessoas) enquanto as de 1/2 SM e mais alcançaram uma queda equivalente à metade da anterior, passando de 3,80 para 3,58 pessoas (Tabela 3). Chama a atenção o caso dos menores de sete anos que, nas faixas de rendimento *per capita* de até 1/4 SM e de 1/4 a 1/2 SM tiveram uma redução em seu número absoluto, o que corresponde a 1.121.000 e 252 mil crianças, respectivamente, no período em análise. Por outro lado, não se observa grande diferença na diminuição do número médio de adultos por família entre os estratos sociais.

Em suma, a evolução etária observada para os mais pobres deveu-se especialmente à queda mais expressiva do contingente dos menores. Essa evolução, entretanto, não pode esconder a evidência de que a razão de dependência, ou seja, crianças e adolescentes por adulto, permanece em 1989 ainda muito desigual entre as famílias pobres: 1,1 até 1/2 SM e 0,51 acima de 1/2 SM (Tabela 9).

Conforme já destacado, a composição de estratos sociais, segundo o critério de renda familiar *per capita*, acaba criando perfis demográficos muito diferentes entre pobres e não pobres, a começar pelo próprio tamanho médio das famílias. Não obstante terem-se encurtado esses diferenciais na década, persiste em 1989 uma enorme variabilidade de tamanho dos estratos de famílias pobres e não pobres em relação à média nacional, que é de 3,91 pessoas. De acordo com os dados da Tabela 3, a média de tamanho entre os mais pobres chega em 1989 a 4,94 — cifra que contrasta com os 3,41 entre as famílias mais abastadas. Contudo, essa enorme diferença não se traduz, conforme poder-se-ia esperar, numa elevação do número médio de adultos para as famílias mais pobres. Pelo contrário, a tabela 10 mostra que essa média de adultos por família cresce à medida que a renda familiar *per capita* das famílias aumenta. Dessa forma, o potencial gerador de rendimentos familiares é mais limitado para os pobres, apesar da perversa disparidade na razão de dependência.

Por último, cabe acrescentar que a redução do total de menores de sete anos nas famílias de mais baixa renda ocorreu principalmente nas áreas urbanas, o que vem confirmar que a queda da fecundidade nessas áreas processou-se com maior intensidade (Tabela 9).

Assim, a evolução etária do contingente familiar contribuiu para a redução geral da pobreza, mesmo sem grandes aumentos no número médio de adultos que geram rendimentos nas famílias mais pobres, as quais lograram uma redução do número médio de menores e adolescentes.

4. O Comportamento do Mercado de Trabalho

Devido à inexistência de dados sobre a situação ocupacional e dos rendimentos sob a ótica dos estratos sociais, a análise deste capítulo fica restrita ao exame global do comportamento do mercado de trabalho, com ênfase em aspectos específicos que, por sua maior aproximação com esses estratos, podem indicar sinais do impacto sobre a pobreza.

Houve incremento nas taxas de participação global (PEA/População de 10 anos e mais) entre 1981 e 1989, exceto no caso dos menores de 10-17 anos, em virtude de sua menor participação no mercado de trabalho agrícola. O aumento de três pontos percentuais (53,4% para 56,7%), que corresponde a um crescimento da PEA de 3,5% ao ano superior a 2,7% que foi a expansão da população em idade ativa, e que representa a taxa vegetativa anual da incorporação populacional à força de trabalho. É um resultado relevante porque influi positivamente na capacidade de geração de rendimentos da família e mesmo surpreende, não só por sua intensidade mas, sobretudo, por ocorrer num período de escasso crescimento econômico (Tabelas 11 e 12).

TABELA 11

BRASIL: TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO DE 10 ANOS E MAIS, DE 10 A 17 ANOS, SEGUNDO SEXO E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1989

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO	POPULAÇÃO			
	10 ANOS E MAIS		DE 10 A 17 ANOS	
	1981	1989	1981	1989
TOTAL	53,4	56,7	30,5	30,1
Homens	74,6	75,8	40,4	39,9
Mulheres	32,9	38,7	20,6	20,4
URBANA	51,9	55,7	23,9	24,8
Homens	71,5	73,4	30,2	32,0
Mulheres	33,7	39,6	17,7	17,9
RURAL	57,5	59,9	45,1	43,1
Homens	82,5	82,6	61,1	58,4
Mulheres	30,6	35,7	27,2	26,8

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1981 e 1989.

Nota: Exclusiva a população da área rural da região Norte.

TABELA 12

BRASIL: DADOS GERAIS SOBRE MÃO-DE-OBRA, POR SEXO, 1981 E 1989

CARACTERÍSTICAS	ANOS		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1981	1989	
10 ANOS E MAIS	88.902.901	110.250.211	2,7
PEA	47.488.526	62.513.176	3,5
DESEMPREGADOS	2.023.116	1.891.242	-0,8
TAXA DE DESOCUPAÇÃO ABERTA			
Total	4,3	3,0	-4,4
Homens	4,2	3,1	-3,7
Mulheres	4,4	2,9	-5,1
Urbana	5,5	3,7	-4,9
Rural	2,3	1,0	-9,9

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Nota: Exclusiva as pessoas da área rural da região Norte.

A entrada das mulheres na força de trabalho foi a principal responsável pelo incremento na taxa de participação global, tanto nas áreas urbanas (33,7% para 39,6%) quanto nas rurais (30,6% para 35,7%). Esse aumento, em boa medida, pode ser atribuído às mudanças que influenciaram a oferta — queda da fecundidade e menor tamanho familiar — e à necessidade de complementar a renda em função da queda do valor real do salário mínimo. Porém, não deve ser esquecido que a crescente terciarização da estrutura econômica pode ter também contribuído para a abertura de maiores oportunidades de trabalho ao contingente feminino (Tabela 11).

Ainda na Tabela 11, a maior participação masculina, embora bem menos expressiva, é importante porque, em primeiro lugar, interrompe a tendência de queda observada na década anterior e, segundo, porque ocorre principalmente nas áreas urbanas (71,5% para 73,4%), onde supostamente as condições de vida teriam se tornado mais difíceis ao longo da década.

A taxa de desemprego aberto,⁴ medida pela PNAD, experimentou sensível redução entre 1981-1989. Houve quedas percentuais significativas nas áreas urbanas (5,5% para 3,7%) e ainda maiores nas rurais (2,3% para 1,0%), abrangendo a força de trabalho masculina e feminina. A situação econômica, relativamente mais favorável ao final da década se comparada aos seus primeiros anos, propiciou um crescimento dos ocupados (3,7% a.a.) superior ao aumento da própria PEA, resultando na redução absoluta dos desocupados em nível nacional, 2.023 mil em 1981 para 1.891 mil em 89 (Tabelas 12 e 13)

TABELA 13

BRASIL: POPULAÇÃO OCUPADA, SEGUNDO ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, 1981 E 1989

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SETOR DE ATIVIDADE	NÚMEROS ABSOLUTOS (Em milhares)		DISTRIBUIÇÃO (%)		TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO (%)
	1981	1989	1981	1989	
TOTAL	45 465	60 822	100,0	100,0	3,7
Empregados	29 205	39 991	64,2	66,0	4,0
Com carteira assinada	16 960	23 718	37,3	52,2	4,3
Conta própria	10 310	13 288	22,7	21,9	3,2
Empregadores	1 439	2 599	3,2	4,3	7,7
Não remunerados	4 511	4 780	9,9	7,9	0,7
Sem declaração	-	3	-	0,0	
AGRICOLA	13 300	14 035	100,0	100,0	0,7
Empregados	4 874	5 259	36,6	37,5	1,0
Com carteira assinada	646	1 157	4,9	8,2	7,6
Conta própria	4 048	4 382	30,4	31,2	1,0
Empregadores	162	605	3,5	4,3	3,4
Não remunerados	3 916	3 790	29,4	27,0	-0,4
Sem declaração	-	-	-	-	
NÃO AGRICOLA	32 166	46 587	100,0	100,0	4,7
Empregados	24 331	34 733	75,6	74,6	4,5
Com carteira assinada	16 314	22 561	50,7	48,4	4,1
Conta própria	6 282	8 888	19,5	19,1	4,5
Empregadores	978	1 994	3,0	4,3	9,3
Não remunerados	595	971	1,8	2,1	6,3
Sem declaração	-	3	-	0,0	

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989

Nota: Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte

4 Taxa de desemprego aberto (ou taxa de desocupação), segundo definição da PNAD/IBGE, é a porcentagem das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

O mercado de trabalho mostrou uma clara tendência à terciarização ocupacional através do aumento da participação de 46,1% em 1981 para 53,1% em 1989. O comércio de mercadorias e prestação de serviços — atividades que abrigam grandes proporções de ocupações precárias e onde a incidência da informalidade é marcante — foram os ramos que mais contribuíram para o crescimento. Expressivos contingentes de mão-de-obra não-qualificada, que não tiveram grandes oportunidades na construção civil, foram absorvidos nesses ramos, sem que isso representasse uma queda de seus rendimentos (Tabela 14).

TABELA 14

BRASIL: POPULAÇÃO OCUPADA, POR SEXO, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE, 1981 e 1989

RAMOS DE ATIVIDADE	DISTRIBUIÇÃO (%)					
	TOTAL		HOMENS		MULHERES	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
AGRÍCOLA	29,3	23,2	33,6	28,1	19,8	14,0
NÃO AGRÍCOLA	70,7	76,8	66,4	71,9	80,2	86,0
SECUNDÁRIO	24,7	23,7	30,0	29,1	13,0	13,7
Indústria de Transformaçã	15,0	15,9	16,4	17,6	11,9	12,8
Indústria da Construção	8,1	6,2	11,5	9,4	0,5	0,4
Outras	1,7	1,5	2,2	2,1	0,5	0,5
TERCIÁRIO	46,1	53,1	36,4	42,7	67,3	72,3
Comércio de Mercadorias	10,3	12,3	10,6	12,3	9,8	9,7
Prestação de Serviços	15,3	17,6	7,8	10,4	31,8	30,9
Serv. Aux. na Ativ. Econ.	2,6	3,2	2,8	3,3	2,3	3,0
Transporte e Comunicação	3,9	3,8	5,2	5,2	1,1	1,0
Social	7,2	8,7	2,9	3,3	16,6	18,6
Administração Pública	4,0	4,7	4,5	5,1	3,0	4,0
Outras	2,7	2,9	2,6	3,0	2,8	2,7

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1981 e 1989.
Nota: Exclusivo as pessoas da área rural da região Norte.

Por outro lado, há que se destacar que o crescimento dos setores social e de administração pública, que englobam ocupações de melhor qualificação e remuneração, permitiram maior incorporação de mulheres, contribuindo para encurtar a diferença salarial entre os sexos (Tabela 14).

No caso do setor agrícola, três resultados merecem destaque: o primeiro foi o crescimento da ocupação no campo que, embora reduzido (0,7% a.a.), inverte a tendência de queda da década anterior, indicando maior retenção populacional; o segundo refere-se à diminuição, em termos absolutos e relativos, dos ocupados não remunerados, principalmente os menores de 18 anos, enquanto crescem os empregados e os que trabalham por conta própria; o terceiro é o aumento do número de empregados (36,6% em 1981 para 37,5% em 1989) que veio acompanhado de uma

formalização no trabalho agrícola, manifestada no forte aumento dos empregados com carteira de trabalho assinada, particularmente na segunda metade da década (Tabela 13).

O aumento da proporção da força de trabalho com mais de cinco anos de estudo (36,2% para 46,7% entre 1981 e 1989) representa uma melhora do conteúdo educacional da PEA, atingindo homens e mulheres nas áreas urbanas e rurais. Apesar disso, o padrão educacional em 1989 ainda é consideravelmente baixo, já que mais da metade da força de trabalho — 33,3 milhões de pessoas — não possuíam cinco anos de estudo e, destas, 10,3 milhões sequer haviam completado um ano de escolaridade. Ao se considerar as mudanças produtivas e tecnológicas que estão ocorrendo no plano internacional, que vêm estabelecendo novos padrões na gestão da produção e nos processos de trabalho, parece evidente que os requisitos educacionais atualmente disponíveis, tanto na extensão como na qualidade, são insuficientes para a viabilização de um projeto acelerado de modernização (Tabela 15).

TABELA 15

BRASIL: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO E SEXO, 1981 E 1989

ANOS DE ESTUDO E SEXO	NÚMEROS ABSOLUTOS (Em milhares)		DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL	
	1981	1989	1981	1989
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA				
TOTAL				
Total	47.489	62.513	100,0	100,0
Homens	32.639	40.524	100,0	100,0
Mulheres	14.849	21.990	100,0	100,0
SEM INSTRUÇÃO E MENOS DE UM ANO DE ESTUDO				
Total	9.871	10.280	20,8	16,4
Homens	7.212	7.299	22,1	18,0
Mulheres	2.659	2.981	17,9	13,6
DE 1 A 4 ANOS DE ESTUDO				
Total	20.295	22.987	42,7	36,8
Homens	14.471	15.589	44,3	38,5
Mulheres	5.824	7.398	39,2	33,6
ACIMA DE 5 ANOS DE ESTUDO				
Total	17.180	29.177	36,2	46,7
Homens	10.871	17.599	33,3	43,4
Mulheres	6.309	11.578	42,5	52,7

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.
Nota: Excluídas as pessoas da área rural da região Norte.

Há inúmeras dificuldades para avaliar a evolução da formalidade e informalidade no âmbito urbano. O corte normalmente utilizado, isto é, a carteira de trabalho assinada, pode induzir a erro de superestimação à medida que o próprio informante da PNAD muitas vezes desconhece o tipo de relação de trabalho dos demais ocupantes do domicílio, tendendo, por isso, a provocar um viés na informação. Nesse sentido, o crescimento desse grupo de trabalhadores urbanos (4,1% a.a.) leva à conclusão que o setor organizado foi capaz de criar oportunidades de trabalho a um ritmo bem superior ao que as condições econômicas permitiriam prever. O crescimento dos empregados com carteira assinada na indústria de transformação (3,9% a.a.) e no comércio (5,3% a.a.) não guardam a devida proporção com o desempenho desses setores na década, quando o PIB setorial cresceu de 2,4% e 2,2% ao ano respectivamente (Tabela 16).

TABELA 16

BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DO EMPREGO COM CARTEIRA ASSINADA E DO PRODUTO INTERNO BRUTO REAL, POR RAMOS DE ATIVIDADE, 1981/1989

EMPREGADOS E PIB	TOTAL	RAMOS DE ATIVIDADE		
		INDÚSTRIA		COMÉRCIO
		TRANSFORMAÇÃO	CONSTRUÇÃO	
EMPREGADOS COM CARTEIRA	4,1	3,9	-0,8	5,3
PRODUTO INTERNO BRUTO	3,0	2,4	1,0	2,2

Fonte: Fundação IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989
Fundação Getúlio Vargas – Conjuntura Econômica/Julho de 1991, n.º 39.

As informações provenientes dos inquéritos nos estabelecimentos e os registros administrativos de grande cobertura, bem mais próximos do comportamento do setor organizado, mostram um comportamento bem menos favorável. No caso do painel da Relação Anual de Informações Sociais—RAIS, o crescimento do emprego na década é de apenas 1,3% ao ano. Esta fonte diz também que grande parte desses empregos foi gerada na administração pública, especialmente no segundo quinquênio da década anterior. Já o setor privado teve baixo desempenho na geração de empregos (0,3% a.a.), o que parece estar em sintonia com o clima econômico que prevaleceu nos anos 80, sugerindo, dessa maneira, um forte aumento da informalidade no período (Tabela 17).

Cabe assinalar, entretanto, que o aumento da informalidade no mercado de trabalho não significou, necessariamente, condições de vida qualitativamente inferiores *vis-à-vis* o emprego organizado. A terciarização ampliou as oportunidades de participação no mercado de trabalho de novos contingentes de pessoas, mesmo que sua incorporação tenha se dado majoritariamente no setor informal e em ocupações de mais baixa produtividade. Quanto aos rendimentos, houve ganhos, provavelmente associados à maior capacidade do informal para fixar seus preços com liberdade, conforme pode ser verificado na Tabela 18.

Os rendimentos médios mensais dos ocupados indicam uma melhoria generalizada dos proventos derivados do trabalho no decorrer da década. De acordo com as estimativas, o crescimento real alcançou a taxa de 2,9% ao ano. Dessa maneira, ganhos associados à igualação do salário mínimo e à melhor qualidade da mão-de-obra ocupada prevaleceram sobre hipóteses de achatamento dos rendimentos médios em função da incorporação feminina e da precariedade das ocupações informais

TABELA 17

BRASIL: ESTIMATIVA DE EMPREGO ANUAL, SEGUNDO
ATIVIDADES ECONÔMICAS, 1979 E 1988

ATIVIDADES	EMPREGADOS (Em milhares)		TAXA DE CRESCIMENTO
	1979	1988	ANUAL (%)
EXTRATIVA MINERAL	145	146	0,1
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	5.477	5.736	0,5
UTILIDADE PÚBLICA	271	302	1,2
CONSTRUÇÃO CIVIL	1.631	1.019	-5,1
COMÉRCIO	3.249	2.977	-1,0
SERVIÇOS	6.211	6.963	1,3
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	3.148	5.131	5,6
OUTRAS	987	1.388	3,9
SUBTOTAL(1)	17.971	18.530	0,3
TOTAL	21.119	23.660	1,3

Fonte: MTPS - Painel RAIS e RAIS em 31/12/88.

(1) SUBTOTAL = TOTAL - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

que teriam conduzido o processo de geração de novos postos de trabalho. Este ganho real nos rendimentos dos ocupados, somado ao forte crescimento da ocupação anteriormente comentada, traz embutida uma melhora dos rendimentos familiares ao longo dos anos 80 (Tabela 18).

Os resultados obtidos apontam maior crescimento real dos rendimentos naqueles segmentos que obtiveram maior espaço no mercado de trabalho. Com efeito, os rendimentos das mulheres ocupadas (3,7% a.a.) cresceu acima do correspondente aos homens (3,1% a.a.). Alternativamente, os empregados com carteira de trabalho assinada experimentavam o menor aumento dos rendimentos (0,6% a.a.), retratando com fidelidade a contenção envolvida nas práticas de recomposição salarial que vigoraram ao longo dos anos 80 (Tabela 18).

Finalmente, é preciso enfatizar que o patamar médio desses rendimentos é ainda bastante baixo (3,7 salários mínimos em setembro de 1989) e que persistem grandes diferenciais de rendimento entre os ocupados no que tange ao sexo e setor de atividade.

5. Distribuição dos Rendimentos Individuais e Familiares

A Tabela 19, que compara as distribuições dos rendimentos dos ocupados entre 1981 e 1989, expressas em unidades monetárias equivalentes através do uso do INPC, evidencia um leve decréscimo percentual daqueles que ganham até dois salários mínimos (58,8% em 1981 para 56,9% em 1989), principalmente em decorrência da redução dos ocupados sem rendimento. Mais interessante, dentro dessa mesma faixa de proventos, é o crescimento, em ambos os sexos, dos que ganham até um salário mínimo. Isso contribui para explicar uma piora nas distribuições individuais e familiares na década. Não há dúvida que essa faixa de menor rendimento passou a acolher uma parte dos ocupados sem rendimento, notadamente nas áreas rurais, e outra parte dos novos contingentes que ingressaram no mercado de trabalho a fim de complementar os rendimentos familiares.

Entretanto, mais significativo é o aumento percentual que experimentaram todas as faixas de rendimento acima dos cinco salários mínimos, acumulando um ganho de 3,6 pontos percentuais no período (13,9% em 1981 e 17,5% em 1989). Tais mudanças, além de confirmarem o ganho real médio dos rendimentos na época, mostram um distanciamento cada vez maior entre os proventos dos ocupados, ou seja, uma maior desigualdade na distribuição dos rendimentos.

A Tabela 20, relativa às distribuições em decís da renda das pessoas ocupadas, ratifica essa maior concentração dos rendimentos devido à maior apropriação ocorrida em 30% dos ocupados com

TABELA 18

BRASIL: RENDIMENTO MÉDIO MENSAL REAL DAS PESSOAS OCUPADAS, DOS EMPREGADOS TOTAL E DOS COM CARTEIRA ASSINADA E SEM CARTEIRA, 1981 E 1989

CARACTERÍSTICAS	RENDIMENTO MÉDIO REAL MENSAL				CRESCIMENTO MÉDIO REAL ANUAL (%)
	1981		1989		
	Cr\$ 1,00	Em SM	Cr\$ 1,00	Em SM	
PESSOAS OCUPADAS					
TOTAL	739,00	3,5	928,00	3,7	2,9
Homens	874,00	4,2	1.112,00	4,5	3,1
Mulheres	443,00	2,1	591,00	2,4	3,7
TOTAL EMPREGADOS	767,00	3,7	837,00	3,4	1,1
EMPREGADOS COM CARTEIRA AS	1.018,00	4,9	1.071,00	4,3	0,6
EMPREGADOS SEM CARTEIRA	419,00	2,0	496,00	2,0	2,1

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Nota: 1) Exclui os rendimentos da população da área rural da região Norte.

2) Inclusive as pessoas sem rendimento.

3) Inflacionado pelo INPC com base em setembro de 1989.

maiores proventos. Essas mudanças elevam o coeficiente de Gini das distribuições expressas em salários mínimos de 0,553 em 1981 a 0,618 em 1989, ou alternativamente, a 0,607 utilizando-se o INPC.

A elevada participação dos rendimentos dos ocupados, no total dos recebimentos familiares, faz com que a distribuição dos rendimentos familiares também se mostre mais desigual ao longo da década, embora com intensidade bem menor que nas distribuições individuais. A Tabela 21 revela uma dispersão menor entre os extremos quando comparada com os correspondentes às distribuições dos ocupados, e um aumento mais modesto do índice de Gini. Essa menor dispersão dos rendimentos familiares está associada ao processo crescente de complementação das rendas familiares, através de uma maior participação de seus componentes no mercado de trabalho.

O aumento expressivo na renda familiar das áreas rurais, daquelas que ganham acima de dois salários *per capita*, contribuiu para que houvesse, nesse período, uma piora na distribuição total da renda (Tabela 22).

Cabe registrar que o crescimento da renda familiar rural foi maior nas famílias que ganham mais de um a dois salários mínimos *per capita* (7,1% a.a.) e nas acima de dois salários mínimos (12,7% a.a.) (ver Tabela 22). Além da melhoria dos rendimentos médios no campo, esses resultados mostram uma apropriação dispar da renda, que pode estar associada à melhor exploração e maior produtividade das propriedades agrícolas de tamanhos médio e grande.

Não se pode esquecer que as mudanças das relações de trabalho no campo, com forte tendência ao assalariamento, devem ter contribuído significativamente para a transformação dos rendimentos familiares no âmbito rural.

TABELA 19

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS E DAS OCUPADAS EM TODOS OS TRABALHOS, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL 1981 E 1989

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL (Em SM set/89) (1)	ANOS	
	1981	1989
TOTAL	100,0	100,0
Até 1	23,0	27,2
Mais de 01 a 02	25,8	21,4
Mais de 02 a 05	26,9	25,2
Mais de 05 a 10	8,8	9,3
Mais de 10 a 20	3,3	5,0
Mais de 20	1,8	3,2
Sem rendimento (2)	10,0	8,1
Sem declaração	0,4	0,6

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 1981 e 1989.

Nota: Exclui-se a população da área rural da região Norte.

(1) O salário mínimo de setembro de 1989 foi deflacionado pelo INPC.

(2) inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios.

TABELA 20

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS PESSOAS OCUPADAS EM TODOS OS TRABALHOS, SEGUNDO OS DECIS DE RENDA E ÍNDICE DE GINI 1981 E 1989

DECIS DE RENDA	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL			
	1981		1989	
	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA
10 -	0,9	0,9	0,7	0,7
10	2,0	2,9	1,6	2,3
10	3,0	5,9	2,4	4,7
10	3,8	9,7	2,8	7,5
10	4,8	14,5	3,7	11,2
10	6,0	20,5	5,0	16,2
10	7,8	28,3	6,7	22,9
10	10,7	39,0	9,6	32,5
10	16,1	55,1	16,0	48,5
10 +	44,9	100,0	51,5	100,0
5 +	31,9		37,7	
1 +	12,1		15,9	
ÍNDICE DE GINI	0,553		0,618	

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 1981 e 1989.

Nota: Exclui-se a população da área rural da região Norte.

TABELA 21

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL DAS FAMÍLIAS COM RENDIMENTO, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, SEGUNDO OS DECIS DE RENDA 1981 E 1989

DECIS DE RENDA	DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO MENSAL			
	1981		1989	
	SIMPLES	ACUMULADA	SIMPLES	ACUMULADA
10 -	1,10	1,10	1,02	1,02
10	2,00	3,10	1,71	2,73
10	2,70	5,80	2,10	4,83
10	3,70	9,50	4,21	9,04
10	5,00	14,50	4,65	13,69
10	6,40	20,90	4,65	18,34
10	8,20	29,10	8,47	26,81
10	11,60	40,70	10,25	37,06
10	16,70	57,40	18,14	55,20
10 +	42,60	100,00	44,80	100,00
ÍNDICE DE GINI	0,542		0,571	

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Nota: Excluídas as famílias residentes na área rural da região Norte.

6 . Condições de Vida.

A situação e a evolução dos rendimentos familiares, assim como a sua distribuição, oferecem um retrato das dimensões da pobreza e da capacidade de satisfação das necessidades básicas por parte dos grupos familiares mais carentes, notadamente daqueles mais ligados ao fornecimento direto de: alimentação, transporte, e habitação. Há, entretanto, outros aspectos que também são determinantes da condição de vida das famílias. Tratam-se dos serviços que, por terem um caráter social, são de responsabilidade exclusiva ou prioritária do Estado, como saneamento, saúde e educação. A fim de completar o quadro da evolução das condições sociais na década, examina-se a seguir esses componentes.

6.1 Alimentação e Nutrição

A prevalência de desnutrição entre crianças menores de dez anos resume o estado de carência alimentar que vigora no país. Muito embora os dados disponíveis extrapolem os limites da década, abrangendo os anos 1974/75 (ENDEF/IBGE) e 1989 (PNSN/IBGE), há elementos que levam a crer que a evolução deste indicador foi homogênea ao longo desses anos.

A fim de aferir a situação nutricional, o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) apresentou diversos indicadores antropométricos para a população brasileira⁵ centrando a atenção inicialmente nos menores de zero a cinco e de cinco a dez anos de idade. Calculou-se a prevalência de desnutrição fazendo uso da classificação de Gomez, que associa a adequação do peso da criança

5 Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição. Resultados preliminares. 1990 INAN/IBGE/IPEA.

TABELA 22

**BRASIL: FAMÍLIAS, SEGUNDO CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR
PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO**

(Em números absolutos e relativos - crescimento médio anual) - 1981 e 1989

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO CLASSES DE RENDIMENTOS MENSAL FAMILIAR PER CAPITA	NÚMERO ABSOLUTOS (Em milhares)		DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL		CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL (%)
	1981	1989 (1)	1981	1989 (1)	
TOTAL	27.690	38.655	100,00	100,00	3,57
ATÉ 1/4 SM (2)	4.894	5.653	17,67	15,42	1,82
MAIS DE 1/4 A 1/2 SM	5.782	6.959	20,81	18,98	2,39
MAIS DE 1/2 A 1 SM	7.025	8.342	25,37	22,76	2,17
MAIS DE 1 A 2 SM	5.142	7.013	18,57	19,13	3,95
MAIS DE 2 SM	4.645	8.261	16,77	22,54	7,46
SEM DECLARAÇÃO	222	428	0,80	1,17	8,57
URBANA	20.529	28.225	100,00	100,00	4,06
ATÉ 1/4 SM (2)	2.234	2.887	10,88	10,23	3,26
MAIS DE 1/4 A 1/2 SM	3.594	4.597	17,51	16,28	3,12
MAIS DE 1/2 A 1 SM	5.486	6.579	26,72	23,31	2,30
MAIS DE 1 A 2 SM	4.618	6.107	22,50	21,64	3,58
MAIS DE 2 SM	4.433	7.710	21,60	27,32	7,16
SEM DECLARAÇÃO	164	345	0,80	1,22	9,73
RURAL	7.161	8.430	100,00	100,00	2,06
ATÉ 1/4 SM (2)	2.660	2.785	37,15	32,81	0,49
MAIS DE 1/4 A 1/2 SM	2.168	2.362	30,27	28,02	1,08
MAIS DE 1/2 A 1 SM	1.540	1.763	21,50	20,91	1,70
MAIS DE 1 A 2 SM	524	908	7,32	10,74	7,07
MAIS DE 2 SM	211	551	2,95	6,54	12,74
SEM DECLARAÇÃO	57	83	0,80	0,98	4,67

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Mães e Crianças no Brasil, 1981 e 1989.

Nota: Exclui as famílias da área rural da região Norte.

(1) Os valores de 1989 estão corrigidos a preços de 1981 com base no INPC.

Salários mínimos mensal familiar per capita.

(2) Inclusive as famílias sem rendimentos.

TABELA 23

NÚMERO DE CRIANÇAS DESNUTRIDAS MENORES DE 5 ANOS EM DOIS INQUÉRITOS NACIONAIS (ENDEF - 1974/1975 E PNSN - 1989)

Classificação de Gomez - Peso/Idade

FORMAS DE DESNUTRIÇÃO	REGIÕES			BRASIL
	NORDESTE	SUL E	NORTE E	
		SUDESTE	CENTRO-OESTE	

NÚMERO DE CRIANÇAS DESNUTRIDAS

TODAS AS FORMAS

ENDEF - 1974	3.366.000	3.565.000	997.000	7.928.000
PNSN - 1989	2.630.639	1.820.301	573.176	5.024.116

FORMAS MODERADAS E GRAVES

ENDEF - 1974	1.264.000	758.000	313.000	2.335.000
PNSN - 1989	544.813	214.810	73.262	832.885

(%) PREVALÊNCIA DE DESNUTRIÇÃO

TODAS AS FORMAS

ENDEF - 1974	56,5	38,6	49,5	46,1
PNSN - 1989	46,1	20,6	31,3	30,7

VARIAÇÃO NO PERÍODO (%)	-18,4	-46,6	-36,8	-33,4
-------------------------	-------	-------	-------	-------

FORMAS MODERADAS E GRAVES

ENDEF - 1974	21,2	8,2	15,5	13,6
PNSN - 1989	10,1	2,4	4	5,1
	-52,4	-70,7	-74,2	-62,5

Fonte: 1) IBGE - ENDEF E IBGE/INAM/IPEA - PNSN.

2) Banco Mundial, Relatório n° 2604/abr. 1979 - Anexo III.

à sua idade e sexo. De acordo com essa classificação, são enquadradas como desnutridas as crianças com pesos inferiores a 90% dos valores médios para a idade-sexo respectivos. Denomina de formas leves de desnutrição os percentuais que se encontram na faixa de 76% a 90%; de formas moderadas os percentuais entre 60% e 75%; e de formas graves aquelas inferiores a 60%.

Focalizando a atenção nas crianças de zero a cinco anos de idade, a Tabela 23 sintetiza a evolução da desnutrição nos últimos quinze anos. De acordo com esses dados, há uma significativa e generalizada diminuição da desnutrição, principalmente nas modalidades moderada e grave, embora ainda se encontrem, no fim da década, um total de 832,9 mil crianças — 5,1% do total de menores dessa faixa etária. Na sua forma leve, a desnutrição abrange uma porcentagem mais expressiva, atingindo 25,6% das crianças. Há, contudo, uma redução da desnutrição global desses menores de 46,1% em 1974/75 para 30,7% em 1989, significando que uma criança em cada três é desnutrida.

A prevalência da desnutrição apresenta diferenças entre regiões e áreas de residência, da mesma

TABELA 24

PREVALÊNCIA (%) DE DESNUTRIÇÃO EM CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1989

(Classificação de Gomez - Peso/Idade)

BRASIL, NORDESTE E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	DESNUTRIÇÃO	
	TODAS AS FORMAS	FORMAS MODERADAS E GRAVES
NORDESTE		
Rural	52,7	11,6
Urbana	39,3	7,4
Total	46,1	9,6
BRASIL		
Rural	41,6	7,8
Urbana	25,7	3,8
Total	30,7	5,1

Fonte: PNSN 1989.

TABELA 25

BRASIL: PARTICIPAÇÃO (%) DOS DOMICÍLIOS INADEQUADOS, POR SITUAÇÃO, SEGUNDO O TIPO DE DOMICÍLIOS, 1981 E 1989

TIPO DE DOMICÍLIO	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
	URBANA	RURAL	TOTAL
1981			
RÚSTICO	4,0	26,3	9,9
QUARTO OU CÔMODO	1,3	0,0	1,0
1989			
RÚSTICO	2,7	15,7	5,8
QUARTO OU CÔMODO	2,1	0,5	1,7

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, 1981 e 1989.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural da região Norte.

forma que a sua evolução foi bem desigual nesse período. A mesma Tabela acusa ganhos mais expressivos nas regiões Sul e Sudeste, onde as carências de nutrição eram menores, chegando em 1989 a 20,6%. O Nordeste, onde os níveis de desnutrição são mais elevados (46,1% em 1989), foi a região que teve os menores avanços no período, exibindo no fim da década uma prevalência de 52,7% de crianças desnutridas na área rural, bem superior à já elevada média nacional rural de 41,6% (Tabela 24).

A melhora nutricional, segundo estudos publicados pelo INAN, pode ser atribuída à uma série de fatores, diretos ou indiretos. Dentre os fatores diretos destacam-se as melhorias de saneamento básico, especialmente no fornecimento de água, infra-estrutura urbana e atenções básicas de saúde. Quanto aos fatores indiretos têm-se: a forte queda da fecundidade; o melhor nível geral de informações e de conhecimento da população, obtido pelas campanhas de massa sobre aleitamento materno e vacinação; o crescente acesso a bens e serviços modernos; e a rápida urbanização. A conjugação desses elementos contribuiu, inequivocadamente, para o favorecimento do quadro nutricional.

6.2 Habitação

Os dados revelam uma melhora nas condições de habitação durante a década. Isto pode ser detectado pela redução da participação relativa dos domicílios rústicos e dos domicílios com elevada densidade.

No que concerne ao tipo de moradia,⁶ observa-se que os domicílios rústicos⁷ tiveram um decréscimo no total, passando de 9,9% em 1981 para 5,8% em 1989 (ver Tabela 25). Embora a redução da participação dos domicílios rústicos na década tenha ocorrido de forma semelhante nas áreas urbanas e rurais, nestas últimas ainda é cerca de seis vezes maior do que nas primeiras.

TABELA 26

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS NAS REGIÕES METROPOLITANAS, POR CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR, SEGUNDO O TIPO DE MORADIA, 1987/88

TIPO DE MORADIA	CLASSES DE RENDIMENTOS		
	TOTAL	ATÉ 2 SM	MAIS DE 2 SM
NÚMEROS ABSOLUTOS			
Casa/Apartamento	10.596.810	814.826	9.781.984
Rústico (A)	114.796	37.188	77.608
Quarto e Cômodo (B)	238.288	80.901	157.387
(A + B)	353.084	118.089	234.995
TOTAL	10.949.894	932.915	10.016.979
DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL			
Casa/Apartamento	96,8	87,3	97,7
Rústico	1,0	4,0	0,8
Quarto e Cômodo	2,2	8,7	1,6
(A + B)	3,2	12,7	2,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fundação IBGE – Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, 1987/88.

6 A PNAD classifica os tipos de domicílio em: casa, apartamento, rústico e quarto ou cômodo.

7 Considera-se domicílio rústico aquele em cuja construção predominam os materiais improvisados.

Essa sensível redução dos domicílios rústicos resulta principalmente de uma transformação ocorrida nas favelas e loteamentos periféricos, onde as moradias construídas com materiais improvisados têm dado lugar a construções com materiais permanentes.

Ao contrário do verificado com os domicílios rústicos, a participação das unidades representadas por quartos e cômodos elevou-se de 1,0% para 1,7% entre 1981 e 1989 — revelando o crescimento dos cortiços e outras formas de habitação assemelhadas, que têm ocorrido principalmente nas metrópoles.

Convém ainda acrescentar que a Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF, nas Regiões Metropolitanas, correspondente aos anos 1987-88, mostra uma incidência bastante acentuada de domicílios rústicos e de quartos e cômodos entre as famílias que ganham até dois salários mínimos, 12,7%, quando comparado com 2,3% que ganham acima desse limite (Tabela 26).

Examinando-se as condições de habitabilidade, segundo a densidade, observa-se que a participação dos domicílios com mais de três moradores por dormitório reduziu-se, passando de 16,3% em 1981 para 11,8% em 1989. Em relação a este indicador, registram-se diferenças entre os domicílios segundo os rendimentos. Enquanto aqueles com renda mensal inferior a dois salários representavam 14,5% em 1989, nos de cinco e mais salários mínimos sua participação era de apenas 7,7% (Tabela 27).

TABELA 27

BRASIL: PARTICIPAÇÃO (%) DOS DOMICÍLIOS COM DENSIDADE SUPERIOR A TRÊS MORADORES POR DORMITÓRIO, SEGUNDO CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR, 1981 E 1989

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR	ANOS	
	1981	1989
ATÉ 2 SM	18,0	14,5
MAIS DE 2 ATÉ 5 SM	19,0	14,5
MAIS DE 5 SM	10,2	7,7
TOTAL	16,3	11,8

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural da região Norte.

6.3. Educação

A leitura dos indicadores educacionais revela uma melhora, apesar dos elevados patamares de evasão, de repetência e de analfabetismo. Essa melhora, que se deu particularmente nas áreas rurais e nos segmentos sociais de baixa renda, se refere à ampliação da oferta e não à qualidade do serviço.

Verificou-se uma diminuição generalizada da taxa de analfabetismo entre a população de quinze anos e mais, com uma redução de 22,8% em 1981 para 18,8% em 89. Embora essa mudança não signifique uma queda no número absoluto de analfabetos — 17,0 milhões em 1981 e 17,6 milhões em 1989 — na área rural o decréscimo de 41,8% para 36,4% significou uma redução de 183 mil analfabetos (Tabela 28).

TABELA 28

BRASIL: POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS E TAXA DE ANALFABETISMO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO, 1981 E 1989

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E SEXO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS		TAXA DE ANALFABETISMO
	TOTAL	ANALFABETA	
1981			
Total	74.679.449	16.992.500	22,8
Urbana	55.122.555	8.810.708	16,0
Rural	19.556.894	8.181.792	41,8
Homens	36.586.873	7.712.867	21,1
Mulheres	38.092.576	9.279.633	24,4
1989			
Total	93.650.653	17.588.221	18,8
Urbana	71.701.431	9.588.977	13,4
Rural	21.949.222	7.999.244	36,4
Homens	45.235.495	8.208.912	18,1
Mulheres	48.415.158	9.379.309	19,4
VARIÇÃO ABSOLUTA			
Total	18.971.204	595.721	-4,0
Urbana	16.578.876	778.269	-2,6
Rural	2.392.328	-182.548	-5,4
Homens	8.648.622	496.045	-2,9
Mulheres	10.322.582	99.676	-5,0

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Nota: Exclusiva a população da área rural da região Norte.

Em 1981, 70,3% dos menores da faixa etária de sete a quatorze anos freqüentavam a escola, crescendo este percentual, em 1989, para 83,9%, o que significou um aumento generalizado.

Observa-se também nesses anos (ver Tabela 29), uma redução de 2,4 milhões no número desses menores que não freqüentavam a escola, apesar de ainda existir 4,4 milhões de crianças fora do ensino obrigatório.

A ampliação dessa freqüência aconteceu tanto nas áreas urbanas (81,9% para 88,8%) quanto nas rurais (47,2% para 72,1%). Em ambos os casos, o crescimento superou o próprio aumento da faixa etária de sete a quatorze anos. No campo, a expansão da oferta educacional permitiu a incorporação

de 2.175 milhões, enquanto o total de pessoas nesta faixa etária cresceu apenas 361 mil entre 1981 e 1989 (Tabela 29).

Esse fato adquire maior relevância quando se analisam as classes de rendimento familiar *per capita*, pois os ganhos mais expresivos aconteceram entre pessoas naquela faixa etária, pertencentes às famílias cujos rendimentos são até 1/2 salário mínimo. Nas áreas urbanas, a taxa de escolarização cresceu de 71,7% em 1981 para 81,2% em 1989, enquanto que nas áreas rurais este indicador praticamente dobrou, de 38,1% para 68,9%, no período (ver Tabela 29). Mas apesar do expressivo aumento na oferta do ensino fundamental, não se deve ignorar o fato de que em cada cem crianças que iniciam a 1ª série, somente 18 chegam a completar a 8ª, evasão essa que penaliza muito mais as famílias pobres.⁸

TABELA 29

BRASIL: PESSOAS DE 7 A 14 ANOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA À ESCOLA, 1981 E 1989

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E FREQUÊNCIA À ESCOLA	NÚMEROS ABSOLUTOS		DISTRIBUIÇÃO (%)		VARIÇÃO ABSOLUTA (B - A)
	1981 (A)	1989 (B)	1981	1989	
TOTAL					
Total	23.058.411	27.408.528	100,0	100,0	4.350.117
Urbana	15.351.452	19.340.804	100,0	100,0	3.989.352
Rural	7.706.959	8.067.724	100,0	100,0	360.765
ATÉ 1/2 SM					
Total	13.310.207	11.976.311	100,0	100,0	-1.333.896
Urbana	7.004.151	6.358.807	100,0	100,0	-645.344
Rural	6.306.056	5.617.504	100,0	100,0	-688.552
NÃO ESTAVAM NA ESCOLA					
TOTAL					
Total	6.847.373	4.410.828	29,7	16,1	-2.436.545
Urbana	2.781.065	2.158.838	18,1	11,2	-622.227
Rural	4.066.308	2.251.990	52,8	27,9	-1.814.318
ATÉ 1/2 SM					
Total	5.887.066	2.942.056	44,2	24,6	-2.945.010
Urbana	1.985.099	1.193.689	28,3	18,8	-791.410
Rural	3.901.967	1.748.367	61,9	31,1	-2.153.600
ESTAVAM NA ESCOLA					
TOTAL					
Total	16.211.038	22.997.700	70,3	83,9	6.786.662
Urbana	12.570.387	17.181.966	81,9	88,8	4.611.579
Rural	3.640.651	5.815.734	47,2	72,1	2.175.083
ATÉ 1/2 SM					
Total	7.423.141	9.034.255	55,8	75,4	1.611.114
Urbana	5.019.052	5.165.118	71,7	81,2	146.066
Rural	2.404.089	3.869.137	38,1	68,9	1.465.048

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1981 e 1989.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural da região Norte.

Para a faixa etária de dez a dezessete anos, o acesso à escola aumentou na área rural, permanecendo constante nas cidades. Houve expressivo aumento dos que estudam naquela área, passando de 38,2% em 1981 para 43,1% em 1989. Cresceu também em três pontos percentuais aqueles que estudam e trabalham: de 13,0% para 16,0%; conseqüentemente, caiu o percentual daqueles que só trabalham. Vale ressaltar que a proporção dos que não realizam nenhuma atividade permaneceu constante no período (Tabela 30).

TABELA 30

BRASIL: PESSOAS DE 10 A 17 ANOS, RESIDENTES EM DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR SITUAÇÃO DE TRABALHO E FREQUÊNCIA À ESCOLA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1989

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	SITUAÇÃO DE TRABALHO E FREQUÊNCIA À ESCOLA				NÃO REALIZAM NENHUMA DESTAS ATIVIDADES
	SOMENTE ESTUDAM	TRABALHAM E ESTUDAM (1)	SOMENTE TRABALHAM (1)	AFAZERES DOMÉSTICOS	
NÚMEROS ABSOLUTOS					
1981	13.031.796	2.575.637	4.340.427	1.983.226	719.121
URBANA	10.276.985	1.638.136	2.039.943	973.609	509.986
RURAL	2.754.811	937.501	2.300.484	1.009.617	209.135
1989	15.293.184	3.409.569	4.275.701	1.814.707	778.043
URBANA	12.145.459	2.237.844	2.297.206	1.012.818	574.133
RURAL	3.147.725	1.171.725	1.978.495	801.889	203.910
NÚMEROS RELATIVOS					
1981	57,5	11,4	19,2	8,8	3,2
URBANA	66,5	10,6	13,2	6,3	3,3
RURAL	38,2	13,0	31,9	14,0	2,9
1989	59,8	13,3	16,7	7,1	3,0
URBANA	66,5	12,3	12,6	5,5	3,1
RURAL	43,1	16,0	27,1	11,0	2,8

Fonte: Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1981 E 1989.

Nota : 1. Exclui-se a População Rural da região Norte.

2. Exclui-se as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico.

(1) Inclusive procurando trabalho.

Em relação ao atendimento da população de cinco a dezessete anos, 38,0% permaneceram fora da escola em 1981, e em 1989 esse percentual caiu para 27,9%. O desdobramento dos mesmos dados, por situação de domicílio, mostra uma melhora no acesso à escola por parte da população rural, já que naquele ano 54,9% ficaram fora da escola, enquanto que no último ano o percentual foi apenas de 41,9% (Tabela 31).

TABELA 31

BRASIL: PESSOAS DE 5 A 17 ANOS, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO E CONDIÇÃO DE FREQUÊNCIA À ESCOLA E PERFIL IDADE/SÉRIE, 1981 E 1989

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO FREQUÊNCIA À ESCOLA PERFIL IDADE/SÉRIE	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL		VARIAÇÃO ABSOLUTA (B - A)
	1981 (A)	1989 (B)	
ESTAVAM NA ESCOLA			
Total	62,0	72,1	10,1
Urbana	70,2	77,8	7,6
Rural	45,1	58,1	13,0
NÃO ESTAVAM NA ESCOLA			
Total	38,0	27,9	-10,1
Urbana	29,8	22,2	-7,6
Rural	54,9	41,9	-13,0
PERFIL IDADE/SÉRIE			
07 anos - 1ª série	51,0	52,8	1,8
14 anos - 8ª série	8,5	11,9	3,4

Fonte: Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1981 e 1989.

Nota : 1) Excluída a População Rural da região Norte.

Em relação ao perfil idade-série, ainda na Tabela 31, constatou-se que, em 1981, apenas 51,0% das crianças que cursavam a 1ª série possuíam sete anos e 8,5% das que cursavam a 8ª possuíam quatorze anos. Estes percentuais aumentaram em 1989 para 52,8% e 11,9% respectivamente, o que indica que, além do ingresso tardio, a repetência é muito elevada.

6.4. Saneamento

Os dados do UNICEF/IBGE⁹ agregam abastecimento de água e esgotamento sanitário em um único componente de saneamento básico para 1989. Os mesmos dados revelam elevados índices de carência, concentrados nas cidades menores e nas áreas rurais das regiões menos desenvolvidas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste). Todavia, observa-se um razoável crescimento percentual dos domicílios com serviços considerados adequados no decorrer da década.¹⁰ De acordo com esse

9 Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1981-89.

10 A condição de adequado refere-se aos domicílios que têm acesso à rede geral de água e esgotos, ou possuem fossas sépticas.

conceito, os domicílios com saneamento adequado teriam subido de 43,1% em 1981 para 53,3% em 1989, com avanços tanto nas áreas urbanas (56,5% contra 66,0%) quanto nas rurais (5,3% contra 11,4%). Também na Tabela 32 os domicílios de mais baixa renda (até 1/2 salário mínimo) mostram avanços nas condições de saneamento entre 1981 e 1989, elevando esse índice global de 14,6% a 21,5%, embora persistam grandes desigualdades entre o contexto urbano (25,8% para 34,5%) e o rural (2,1% para 4,3%).

Cumpra ainda ressaltar que a não-desagregação dos componentes água e esgoto distorce a análise, uma vez que as porcentagens populacionais dos que tem acesso à rede geral de abastecimento de água são muito diferentes daqueles com serviços de esgotamento sanitário, e que ambos os componentes evoluíram de forma muito diferente na década.

TABELA 32

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM SANEAMENTO ADEQUADO E INADEQUADO, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA E A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1981 E 1989

CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	TOTAL		ADEQUADO		INADEQUADO (1)	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
TOTAL						
Total	100,0	100,0	43,1	53,3	56,9	46,7
Urbana	100,0	100,0	56,5	66,0	43,5	34,0
Rural	100,0	100,0	5,3	11,4	94,7	88,6
ATÉ 1/2 SM						
Total	100,0	100,0	14,6	21,5	85,4	78,5
Urbana	100,0	100,0	25,8	34,5	74,2	65,5
Rural	100,0	100,0	2,1	4,3	97,9	95,7

Fonte: Fundação IBGE/UNICEF - Perfil Estatístico de Crianças e Mães do Brasil, 1981 e 1989.

(1) Considerou-se como inadequado os domicílios que não dispunham de rede geral de esgoto ou fossa séptica e/ou rede geral de água com canalização interna.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural da região Norte.

Apesar do enfraquecimento do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), em função da extinção do BNH em novembro de 1986, e da crise econômica do início da década, a cobertura de abastecimento de água no Brasil teve uma significativa expansão. Os dados revelam que nesse mesmo período a rede geral de água abastecia 57,2% da população, elevando-se essa cobertura para 70,2% em 1989. Além de não considerar o aspecto qualitativo da água consumida — cerca de 20% dos municípios ainda não têm nenhum tipo de tratamento e apenas 32% contam com desinfecção simples — persiste em 1989 uma enorme diferença na cobertura da rede geral entre as áreas urbanas (89,3%) e rurais (14,8%) (Tabela 33).

TABELA 33

BRASIL: DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES E MORADORES, POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, SEGUNDO O ABASTECIMENTO D'ÁGUA, 1989

CARACTERÍSTICAS	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
	TOTAL	URBANA	RURAL
TOTAL DE DOMICÍLIOS	100,0	100,0	100,0
DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO D'ÁGUA COM REDE GERAL	72,7	90,1	15,5
TOTAL DE MORADORES	100,0	100,0	100,0
MORADORES COM ABASTECIMENTO D'ÁGUA COM REDE GERAL	70,2	89,3	14,8

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1989.

Nota: Exclusivo os domicílios e moradores da área rural da região Norte.

É preciso destacar que mesmo dentro das grandes cidades há disparidades no abastecimento. A Pesquisa de Orçamentos Familiares-POF, do IBGE-1987/88, mostra que 98,3% dos domicílios da região metropolitana de São Paulo estão servidos por rede geral de água através de canalização interna, ao passo que a região metropolitana de Fortaleza contava apenas com 46,0%. A situação agrava-se ao examinar-se os dados de cobertura por classes de renda. Apesar de a região metropolitana de São Paulo apresentar um bom nível de cobertura, com 89,8% dos domicílios com até dois salários mínimos ligados à rede geral com canalização interna, a de Fortaleza contava com escassos 16% nessa situação (Tabela 34).

TABELA 34

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES TOTAL E ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, POR CONDIÇÃO DE ABASTECIMENTO D'ÁGUA, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS, 1987/88

REGIÕES METROPOLITANAS	ABASTECIMENTO D'ÁGUA				TOTAL
	COM CANALIZAÇÃO INTERNA		SEM CANALIZAÇÃO INTERNA		
	REDE GERAL	OUTRAS	REDE GERAL	OUTRAS	
Total					
Fortaleza	46,0	9,0	11,9	33,1	100,0
São Paulo	98,3	0,3	1,1	0,3	100,0
Até 2 SM					
Fortaleza	15,6	3,2	14,8	66,4	100,0
São Paulo	89,8	-	9,0	1,2	100,0

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 1987/88. Número 1.

Nota: Abastecimento d'água:

Com canalização interna - rede geral

Com canalização interna - outras (poço ou nascente e outras formas)

Sem canalização interna - rede geral

Sem canalização interna - outras (poço ou nascente e outras formas).

As informações disponíveis revelam ainda que boa parte da população desprovida de rede de distribuição de água está localizada nas pequenas cidades e no setor rural, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Com níveis de cobertura mais críticos do que os de abastecimento de água, o sistema de esgotamento sanitário também apresenta grandes desigualdades. Enquanto as regiões metropolitanas do Sudeste e Sul apresentam coberturas globais adequadas (rede geral ou fossa séptica), em média a 83,3% e da ordem de 63,6% ou mais para os domicílios com renda até dois salários, as demais apresentam percentagens extremamente baixas. É o caso da região metropolitana de Recife, com apenas 28,0% do total de domicílios com esgotamento satisfatório. Quanto aos domicílios com rendimentos até aquele limite, o quadro no Recife apresenta-se ainda mais grave, já que 7,0% dos domicílios contavam com serviço sanitário adequado e 32,0% sem nenhum tipo de esgotamento (Tabela 35).

Ao comparar os dados existentes para as regiões metropolitanas com os do restante do país (ver Tabela 35), a situação é alarmante: apenas 45,0% dos domicílios brasileiros possuíam rede coletora de esgoto ou fossa séptica em 1989, sendo que no meio rural, apenas 7,0% deles eram atendidos por alguma forma de esgotamento sanitário. A gravidade desse déficit deve-se à ausência de sistemas adequados de disposição dos resíduos, o que possibilita a contaminação dos mananciais, com o conseqüente aumento das doenças de veiculação hídrica.

TABELA 35

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES
PERMANENTES TOTAL E ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS, POR CONDIÇÃO
DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SEGUNDO AS REGIÕES METROPOLITANAS,
1987/88

REGIÕES METROPOLITANAS	ESGOTAMENTO SANITÁRIO			TOTAL
	ADEQUADO	PRECÁRIO	NÃO TEM	
TOTAL				
BELÉM	60,5	25,8	13,8	100,0
FORTALEZA	51,6	31,7	16,8	100,0
RECIFE	27,6	59,6	12,9	100,0
SALVADOR	48,4	39,3	12,3	100,0
BELO HORIZONTE	77,5	18,3	4,2	100,0
RIO DE JANEIRO	81,1	15,6	3,3	100,0
SÃO PAULO	84,8	13,2	2,0	100,0
CURITIBA	86,8	10,6	2,6	100,0
PORTO ALEGRE	87,2	8,5	4,3	100,0
BRASÍLIA	90,1	1,7	8,2	100,0
GOIÂNIA	48,0	44,0	8,1	100,0
ATÉ 2 S.M				
BELÉM	27,3	36,6	36,1	100,0
FORTALEZA	17,2	37,9	45,0	100,0
RECIFE	7,1	61,2	31,7	100,0
SALVADOR	27,0	43,4	29,6	100,0
BELO HORIZONTE	50,1	36,3	13,8	100,0
RIO DE JANEIRO	68,0	22,9	9,1	100,0
SÃO PAULO	61,5	26,4	12,1	100,0
CURITIBA	57,8	28,9	13,3	100,0
PORTO ALEGRE	69,5	20,5	10,0	100,0
BRASÍLIA	63,6	5,4	31,0	100,0
GOIÂNIA	25,9	48,7	25,3	100,0

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), 1987/88. Número 1.

Nota: Esgotamento Sanitário: Adequado = Rede geral ou fossa séptica

Precário = Fossa rudimentar ou outro.

6.5 Saúde

As declarações individuais nos levantamentos domiciliares expressam um processo de interação onde concorrem aspectos culturais, institucionais e sócio-econômicos que condicionam a percepção e a valorização da doença e a procura dos serviços de saúde de forma diferenciada pelos distintos segmentos da população. Para as classes mais favorecidas, essas são ocorrências usuais, sempre ligadas ao uso do sistema hospitalar mais caro e sofisticado, incluindo o controle e a prevenção das doenças. Para os pobres, a procura de serviços de saúde acontecem geralmente no impedimento de trabalhar, havendo uma menor tendência a reconhecer como doença sintomas crônicos que não comprometam a capacidade de gerar rendimentos.¹¹

TABELA 38

BRASIL: POPULAÇÃO TOTAL E POPULAÇÃO COM REFERÊNCIA A PROBLEMAS DE SAÚDE E PROCURA DE ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTO DE SAÚDE, 1981 E 1986

DISCRIMINAÇÃO	ANOS	
	1981	1986
NÚMEROS ABSOLUTOS		
População Total (A)	119.691.556	135.608.433
Sem Referência a Problemas de Saúde (B)	113.581.904	112.946.821
Com Referência a Problemas de Saúde (C)	6.109.652	22.661.612
Que Procuraram Estabelecimentos de Saúde (D)	4.616.673	15.260.826
Que Foram Atendidas (E)	3.281.482	14.844.600
NÚMEROS RELATIVOS		
C/A	5,10	16,71
D/C	75,56	67,34
E/D	71,08	97,27

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - SUPLEMENTO ESPECIAL de 1981 e 1986.

Nota: Exclusiva a população da área rural da região Norte.

11 Os suplementos de saúde das PNADs 1981 e 1986 tiveram como principal objetivo a quantificação e a caracterização das pessoas que apresentavam problemas de saúde e/ou procuraram algum tipo de atendimento em um período de quinze dias.

Há um significativo aumento do número de pessoas que declararam problemas de saúde nesses cinco anos: os 6,1 milhões de 1981 — equivalentes a 5% da população — subiram em 1986 para 22,7 milhões, 16,7% da população. Além dos problemas de comparabilidade, inclusive os conjunturais que podem estar embutidos nesses dois levantamentos, há elementos subjetivos associados à noção de doença que fazem com que as medições sejam muito diferentes, não podendo, em definitivo, vincular esse aumento a uma deterioração das condições de saúde. Mais importante, por ser mais objetiva, é a procura de algum estabelecimento de saúde em função dessa doença. Os dados revelam que atrás dos 4,6 milhões e 15,3 milhões de procura dos serviços de saúde, houve uma diminuição relativa daqueles que, achando-se doentes, procuraram algum serviço — 75,6% e 67,3% respectivamente. Observa-se ainda uma melhora do acesso, que passou de 71,1% para 97,3% daqueles que procuravam esses serviços nos correspondentes anos (Tabela 36).

Os dados da PNAD 1986 (ver Tabela 37) mostram, inequivocadamente, que os serviços de saúde são mais utilizados pelas famílias de maior renda, e por aquelas com domicílio na área urbana. Nas famílias de rendimentos até 1/2 salário mínimo *per capita*, a relação de uso dos serviços de saúde é de 1/12,7 (1 atendimento para 12,7 pessoas) e nas de dois ou mais salários chega a 1/6,8. Quando verificada a utilização pela situação do domicílio, 1/8,3 dos habitantes urbanos fazem uso dos serviços de saúde, enquanto na área rural essa proporção caiu para 1/12,4. Ocorre que a localização da rede hospitalar está concentrada nas áreas mais desenvolvidas, principalmente nos centros urbanos, e isto parece ser obstáculo à utilização dos serviços de saúde na área rural. Isto significa que em áreas onde é baixa a oferta, não se poderia esperar maiores proporções de procura pelos mesmos.

A mortalidade infantil¹² tem apresentado significativa queda. Essa tendência acentua-se a partir de meados dos anos 70 e foi geral no país, sendo mais intensa nas áreas de maior desenvolvimento econômico.

TABELA 37

BRASIL: UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE PELAS PESSOAS, SEGUNDO RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1986

RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ATENDIMENTO POR PESSOA
TOTAL	
Até 1/2 Salário Mínimo	1 Atendimento por 12,7 pessoas
2 Salários Mínimos e Mais	1 Atendimento por 6,8 pessoas
URBANA	1 Atendimento por 8,3 pessoas
RURAL	1 Atendimento por 12,4 pessoas

Fonte: Fundação IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - SUPLEMENTO ESPECIAL de 1981 e 1986.

Nota: Exclusiva a população da área rural da região Norte.

12 Menores de um ano de idade.

TABELA 38

BRASIL: PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE COMPLETAR O PRIMEIRO ANO DE VIDA(1), SEGUNDO A SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO, 1970 - 1984

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO	ANOS			
	1970	1980	1984	1986
Total	113,8	87,9	68,1	66,9
Urbano	111,2	85,6	59,6	58,2
Rural	115,0	93,8	87,4	84,7

Fonte: Fundação IBGE - Censos Demográficos, 1970 a 1980 e Resultados Preliminares da PNAD de 1986.

(1) Por Mil Nascidos Vivos.

TABELA 39

BRASIL: TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL COMPARADA ENTRE POBRES E NÃO-POBRES E POR GRAU DE INSTRUÇÃO, 1984

RENDA FAMILIAR E GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
	Total	Urbana	Rural
RENDA FAMILIAR			
Menor que 1 Salário Mínimo (A)	98,05	95,04	100,37
Maior que 5 Salários Mínimos (B)	38,62	38,80	45,97
GRAU DE INSTRUÇÃO			
Sem Instrução (1) (C)	107,27	102,91	111,15
De 5 a 8 Anos de Estudo (D)	41,24	40,48	52,22
RAZÃO ENTRE OS CRITÉRIOS			
(A/B)	2,54	2,45	2,18
(C/D)	2,60	2,54	2,13

Fonte: Fundação IBGE - Resultados Preliminares da PNAD 1984.
Projeto: A Política Social em Tempo de Crise: Articulação Institucional e Descentralização. Volume IV. Brasília, 1990.

(1) Inclusive as mães com menos de 1 ano de instrução.

A taxa de mortalidade infantil passou de 113,8 por mil nascidos vivos em 1970 para 88/1000 em 1980, alcançando 67/1000 em 1986 (Tabela 38).

Estudos desenvolvidos¹³ têm mostrado as relações entre diferentes variáveis sócio-econômicas e a taxa de mortalidade infantil. Em primeiro lugar, a existência de padrões de desigualdade social na probabilidade de morte, quando esta é analisada sob diferentes faixas de rendimento familiar, mostra que na área urbana a mortalidade infantil é 2,5 vezes superior entre as famílias mais pobres com relação às de maior rendimento. Em segundo lugar, existe uma alta correlação entre o grau de instrução da mãe e a mortalidade. A probabilidade de morte é de 107/1000 para filhos de mães sem instrução ou com menos de um ano de estudo, enquanto que para os nascidos de mães com cinco a oito anos de estudo essa probabilidade é de 41,2/1000 (Tabela 39). Em terceiro lugar, em relação ao saneamento básico (água e esgoto), verifica-se que a falta de um adequado sistema de água e esgoto significa uma probabilidade de morte de 112,5/1000 nascidos vivos, enquanto para os grupos com sistema adequado de saneamento é de 72/1000 (Tabela 40).

TABELA 40

BRASIL: PROBABILIDADE DE MORTE ANTES DE
COMPLETAR UM ANO DE VIDA NA ÁREA URBANA,
SEGUNDO SISTEMA DE SANEAMENTO 1970 E 1980

CONDIÇÃO DE SANEAMENTO	ANOS	
	1970	1980
ADEQUADO	80,0	72,0
INADEQUADO	138,5	112,5
ADEQUADO EM ÁGUA E INADEQUADO EM ESGOTO	107,9	84,6

Fonte: Fundação IBGE - Censos Demográficos de 1970 e 1980.
Estimativas feitas pelo Departamento de Estudos de População.

13 PNAD, 1984 e FIBGE/UNICEF, 1986.

TABELA 41

ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (Anos), SEGUNDO LOCALIDADE 1960 - 1984

LOCALIDADE	ANOS			
	1960	1970	1980	1984
BRASIL	51,5	53,5	60,1	65,3
SUL	60,3	60,0	67,2	71,4
NORDESTE	41,0	45,5	51,0	55,6

Fonte: Fundação IBGE - Censos Demográficos, 1960 a 1980 e Resultados Preliminares da PNAD de 1986.

TABELA 42

BRASIL: ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (Em anos) COMPARADA ENTRE POBRES E NÃO-POBRES, E POR GRAU DE INSTRUÇÃO, 1984

RENDA FAMILIAR E GRAU DE INSTRUÇÃO DA MÃE	SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO		
	Total	Urbana	Rural
RENDA FAMILIAR			
Menor que 1 Salário Mínimo (A)	57,45	58,23	56,86
Maior que 5 Salários Mínimos (B)	73,38	73,33	71,31
GRAU DE INSTRUÇÃO			
Sem Instrução (1) (C)	55,10	56,21	54,12
De 5 a 8 Anos de Estudo (D)	72,64	72,86	69,59
RAZÃO ENTRE OS CRITÉRIOS			
(A/B)	0,78	0,79	0,80
(C/D)	0,76	0,77	0,78

Fonte: Fundação IBGE - Resultados Preliminares da PNAD 1984.

Projeto: A Política Social em Tempo de Crise: Articulação Institucional e Descentralização. Volume IV. Brasília, 1990.

(1) Inclusive as Mães com menos de um ano de instrução.

A tendência de redução acelerada da mortalidade, a partir de meados dos anos 70, propiciou ganhos na esperança de vida da ordem de doze anos, entre 1970 e 1984, devido à ampliação e melhoria do acesso a serviços básicos ocorridos na década anterior.

A esperança de vida²² passou de 53,46 anos em 1970 para 60 anos em 1980, alcançando em 84, 65 anos. Esta média nacional esconde a desigualdade existente entre a população residente nas áreas urbanas mais desenvolvidas e a população excluída dos benefícios econômicos e de modernização. A título de ilustração, verifica-se que a população do sul pode aspirar viver 71 anos, enquanto para os nordestinos essa expectativa não ultrapassa os 56. (Tabela 41).

O grupo de renda familiar superior a cinco salários mínimos pode viver mais dezesseis anos do que o grupo de renda inferior a um salário. A educação da mãe também aumenta a esperança de vida ao nascer — filhos nascidos de mães com cinco a oito anos de estudos podem viver 17,5 anos mais do que aqueles de mães analfabetas (Tabela 42).

Em síntese, a mortalidade infantil vem declinando consideravelmente, propiciando ganhos na esperança de vida em consequência dos investimentos realizados em décadas anteriores, nas áreas de saneamento e assistência à saúde. Mas há muito que avançar antes que o problema deixe de preocupar. Estes problemas estão enraizados na falta de saneamento básico, nas precárias condições de moradia, na desnutrição, e no nível educacional das mães.

7. Conclusão

Do ponto de vista econômico, a década de 80 foi reconhecidamente adversa. Ainda que a economia mostrasse surtos de expansão — particularmente na metade da década — o balanço terminou sendo desfavorável: ao final do período, observa-se um declínio do PIB *per capita* de 0,4% ao ano. Houve, portanto, uma deterioração econômica do país no decorrer desses anos.

Contudo, neste trabalho, o exame dos *indicadores sociais* contestou a percepção do aumento da pobreza. Mesmo reconhecendo a queda dos rendimentos reais da população, há sinais de melhoria nas condições de vida, como revelam alguns desses indicadores.

Um conjunto de fatores poderia ser enumerado com o propósito de elucidar esse aparente paradoxo. Tal esforço, porém, fugiria aos objetivos do documento que, em essência, destinou-se a trazer à tona pontos polêmicos que vêm permeando o debate das questões sociais.

O que está aqui apresentado permite pelo menos apreender que a problemática da pobreza e da desigualdade social não se restringe necessariamente à insuficiência de renda de boa parte da população. A disponibilidade e o acesso aos serviços públicos de caráter essencial (água, esgoto, habitação, escola, saúde, etc.) são facetas adicionais que não podem ser esquecidas, quando se pretende um tratamento mais rigoroso da questão.

Nesse sentido, cabe enfatizar a importância do Estado, que através de políticas sociais — algumas até de cunho compensatório — impediu que o quadro de carências adquirisse proporções ainda mais graves. O pacote de investimentos sociais executados na década anterior propiciou uma oferta de serviços básicos que de alguma maneira alcançou os mais diversos segmentos sociais.

Entretanto, no período mais recente, a situação recessiva da economia vem restringindo o volume de investimentos públicos nessas áreas, onde já eram insuficientes face ao nível das necessidades existentes.

22 Somente em 1960, a esperança de vida ultrapassa os 50 anos.

Sob tais condições, não surpreendem os sinais evidentes de uma piora nas condições de vida da população no biênio 1990-91. Dessa maneira, parece pouco provável que, na ausência de novos investimentos na área social, o comportamento observado nos anos 80 possa ser mantido. Ao contrário, há o risco evidente de uma grave deterioração das condições de vida dos grupos mais pobres da população.

Bibliografia

- IBGE. - *Crianças e Adolescentes: Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, 1988
- IBGE. - *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD*. Rio de Janeiro, 1981 a 1989.
- IBGE e UNICEF. - *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil*. Rio de Janeiro, 1981 e 1989.
- IBGE e UNICEF. - *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil: Situação de Saúde*, 1981. Rio de Janeiro, 1984
- INAN; IBGE e IPEA. - *Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, resultados preliminares*. Brasília, 1990
- IÓRIO, Osvaldo. - Dos Instrumentos de Avaliação da Distribuição da Renda. *Revista Brasileira de Estatística*, Rio de Janeiro, a.34, n.133, p.3-30, jan./mar. 1973
- IPEA e UNICEF. - *A Criança no Brasil: O que fazer?* Brasília: IPEA, 1990 (Acompanhamento de Políticas Públicas; nº 23)
- MPAS e CEPAL. - *A política Social em Tempo de Crise; Brasil: Indicadores Seleccionados*. Brasília: CEPAL, 1990. v.4 (Economia e Desenvolvimento; n.7)
- PELIANO, Anna Maria. - *Os Programas de Alimentação e Nutrição para Mães e Crianças no Brasil*. Brasília: IPEA, 1992 (Texto para Discussão; n.253)
-

